

RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO

E

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2023



SUMÁRIO

MENSAGEM DO PRESIDENTE	4
1 APRESENTAÇÃO	7
2. PERFIL EMPRESARIAL	7
2.1. SC Participações e Parcerias – SCPAr	7
2.2. Mercado de Atuação.....	8
3. EMPRESAS DO GRUPO	10
3.1. Subsidiárias Integrais	11
3.2. Participações Acionárias	13
3.3. Filial Porto de Laguna	14
4. ASPECTOS ECONÔMICOS	17
5. ESTRUTURA DOS ÓRGÃOS ESTATUTÁRIOS	17
5.1. Conselho da Administração.....	17
5.2. Conselho Fiscal	18
5.3. Diretoria Executiva.....	18
5.4. Comitê de Elegibilidade	19
5.5. Comitê de Auditoria Estatutária- CAE Conglomerado	20
6. REMUNERAÇÃO DOS ÓRGÃOS ESTATUTÁRIOS.....	20
7. CONTROLE INTERNO	21
8. AUDITORES INDEPENDENTES.....	22
9. DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS E DIVIDENDOS RECEBIDOS	22
10. INVESTIMENTOS	23
10.1. Gestão Orçamentária	23
11. DESEMPENHO AMBIENTAL	23
12. DESEMPENHO SOCIAL.....	24
13. GESTÃO DE PESSOAS.....	26
14. OUVIDORIA	26
15. PERSPECTIVAS PARA 2024	27
Demonstrações Financeiras de 2023.....	31
Balanço Patrimonial	31
Demonstração do Resultado do exercício.....	32

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.....	33
Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	34
Notas Explicativas.....	35
Relatório dos Auditores Independentes.....	51
Parecer do Conselho Fiscal.....	56
Manifestação do Conselho de Administração.....	58

MENSAGEM DO PRESIDENTE

Caros acionistas, colaboradores, parceiros e stakeholders,

É com grande satisfação e orgulho que apresento o relatório anual de gestão e as demonstrações financeiras de nossa empresa.

Este relatório reflete não apenas os números e indicadores do último ano, mas também o compromisso incansável, a dedicação e a inovação que impulsionaram nossos esforços ao longo do período.

O ano que passou foi desafiador em muitos aspectos, com um ambiente econômico global em constante evolução e exigências crescentes em relação à eficiência operacional, sustentabilidade e segurança. Todos estes desafios se refletiram no primeiro ano de gestão do Governo do Estado de Santa Catarina, acionista majoritário da companhia, de forma que todos os órgãos e empresas do estado também se uniram aos esforços de controle dos gastos, reanálise dos processos internos e busca por maior eficiência.

Desta feita, houve uma diminuição do volume de capital integralizado no exercício pelo acionista, o que impactou na execução dos investimentos mais relevantes mapeados e planejados para 2023.

No entanto, graças à resiliência de nossa equipe e à nossa capacidade de adaptação, enfrentamos esses desafios na condução das atividades de apoio técnico e operacional ao Estado de Santa Catarina na gestão do seu Programa de Parcerias e Investimentos e conduzimos melhorias nos processos e nas instalações do Porto de Laguna, nossa filial. A movimentação de pescados em 2023 no Porto de Laguna foi o maior desde que a gestão da estrutura passou para a SCPar, em 2019.

Nossos portos de São Francisco do Sul e de Imbituba, os ganhos de eficiência levaram ao registro de recordes sucessivos de movimentação de cargas.

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) confirmou que o Porto de São Francisco do Sul alcançou o sétimo lugar no ranking dos maiores portos públicos do Brasil. Os dados oficiais, divulgados pelo Ministério da Infraestrutura, mostram que o terminal do Norte catarinense subiu duas posições com relação ao ano anterior, quando se encontrava em 9º lugar.

Desde o início de 2023 o aumento na movimentação de carga mensal, com relação ao ano anterior, foi ininterrupto em São Francisco. Em janeiro, por exemplo, foi 46% maior que o mesmo mês de 2022, assim como em maio (+48%) e em dezembro (+71%).

O avanço foi consequência da movimentação histórica de 2023, quando São Francisco embarcou e desembarcou 16,8 milhões de toneladas de mercadorias, um aumento de 33% quando comparado com 2022. Entre os 10 maiores portos públicos do país, foi o que mais cresceu (33%) e entre todos os 32 terminais públicos, obteve o segundo maior percentual de crescimento.

A atividade portuária em Imbituba manteve números expressivos e consolidou um novo recorde em 2023. O fechamento do ano, realizado pela SCPAR Porto de Imbituba, administradora do porto público, registrou a operação de 7,7 milhões de toneladas de janeiro a dezembro, resultando em um marco inédito anual e crescimento de 8% em comparação a 2022, recorde anterior (7,1 milhões t). Em relação ao número de atracações, foram atendidos 289 navios (+3,2%).

A movimentação do último ano foi caracterizada, principalmente, pela operação de granéis sólidos (83% da movimentação total, sendo, destes, 55,2% minerais e 44,8% vegetais/agrícolas). Ao longo de 2023, o Porto de Imbituba teve na lista de seus maiores volumes o coque de petróleo, os farelos de milho e soja, os contêineres, o sal e o milho, seguido da soja, fertilizantes, toras de madeira, hulha betuminosa, malte/cevada, trigo, dentre outros produtos.

Além dos aspectos financeiros, nossos Portos também avançaram significativamente em nossa jornada rumo à sustentabilidade, implementando práticas e iniciativas que visam reduzir nosso impacto ambiental e contribuir para que a relação porto-cidade seja cada vez mais saudável, espelhando a interdependência e a interação entre os portos e os ambientes urbanos para maximizar os benefícios econômicos e sociais decorrentes da atividade portuária, envolvendo governos locais, comunidades e partes interessadas para promover o crescimento econômico sem deixar de lado iniciativas que possam minimizar impactos negativos sobre o meio ambiente e sobre a qualidade de vida dos residentes.

Também nas atividades de estruturação e modelagem de PPP's a SCPAR busca alinhar-se a fatores ESG. Primeiro, pelo volume considerável de projetos de PPP's de "infraestrutura social" na carteira do Estado, gerenciada pela SCPAR. O conceito de infraestrutura social refere-se à rede de instalações, serviços e estruturas essenciais que apoiam o bem-estar e o desenvolvimento social.

As PPP's para infraestruturas sociais surgem da necessidade de encontrar soluções inovadoras e eficientes para atender às demandas sociais, muitas vezes em contextos em que os recursos públicos são limitados ou onde o setor público enfrenta desafios na prestação eficiente desses serviços.

Enquanto a infraestrutura tradicionalmente se refere a estradas, pontes, sistemas de transporte, energia e água, a infraestrutura social abrange uma variedade de elementos voltados para o desenvolvimento humano e social, como escolas, hospitais, equipamentos de assistência social, turismo, cultura etc.

Ao incorporar aos projetos de PPP's e Concessões do Estado considerações ambientais, sociais e de governança em todas as etapas do desenvolvimento e operação de projetos conjuntos entre o Estado de Santa Catarina e o setor privado, a SCPAR exerce seu papel social em busca de benefícios tanto

para as partes envolvidas quanto para a sociedade como um todo, promovendo um desenvolvimento mais sustentável e inclusivo.

E se 2023 foi um ano de ajuste fiscal, controle e planejamento, 2024 se desenha como um ano de reestruturação e reconstrução da missão e da visão de futuro da SCPAr, voltando a ocupar e a exercer papel de protagonismo como referência na gestão de ativos, na estruturação e modelagem de PPP's e concessões do Estado de Santa Catarina e no exercício da missão estratégica de promover o estado e atrair novos investimentos.

Quero expressar minha gratidão a todos os colaboradores da SCPAr, cujo profissionalismo, dedicação e paixão foram os verdadeiros motores que mantiveram a companhia viva e em movimento durante o exercício de 2023, motores que serão a propulsão para os desafios que em 2024 estão por vir.

Estou confiante de que, juntos, continuaremos a alcançar novos patamares de sucesso e a contribuir para um futuro próspero e sustentável, para a companhia, para o Estado de Santa Catarina e para a população catarinense.

Muito obrigado!

Renato Dias Marques de Lacerda

Diretor-Presidente

1. APRESENTAÇÃO

Senhores Acionistas,

De acordo com as disposições legais e estatutárias, a Diretoria Executiva da SC Participações e Parcerias S.A. – SCPAR submete à apreciação o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Financeiras relativas ao Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2023, devidamente instruído com o Relatório dos Auditores Externos Independentes, Parecer do Conselho Fiscal e Manifestação do Conselho de Administração.

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme Lei Federal no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, atualizada pela Lei Federal no 11.638, de 28 de dezembro de 2007 e atualizações posteriores.

2. PERFIL EMPRESARIAL

2.1. SC Participações e Parcerias – SCPAR

A SC Participações e Parcerias S.A., inscrita no CNPJ sob no 07.293.552/0001-84, é uma sociedade anônima de economia mista, na forma de capital fechado. O Capital Social Autorizado da SCPAR é de um bilhão de reais, dos quais já foram realizados R\$231,7 milhões.

A empresa foi constituída em 2005, por meio da Lei Estadual nº 13.335, de 28 de fevereiro de 2005, alterada posteriormente pela Lei Estadual nº 15.500, de 20 de junho de 2011 e Lei Complementar 741, de 12 de junho de 2019 e 789, 29 de dezembro de 2021.

Ao longo dos anos a empresa teve entre seus objetivos principais:

I. promover a geração de investimentos no Território do Estado, fortalecendo a interação entre ele e a iniciativa privada, por meio da celebração de contratos nos regimes de parcerias público-privadas;

II. coordenar, implementar e apoiar o Programa de Parcerias Público-Privadas do Estado de Santa Catarina;

III. comprar e vender participações acionárias, podendo constituir empresas com ou sem propósito específico, firmar parcerias e participar do capital de empresas públicas e privadas, obedecidas as normas constitucionais, com autorização legislativa;

IV. desenvolver e gerenciar programas e projetos estratégicos de Governo.

V. promover e executar programa de parcerias e investimentos do Estado.

Dentro das possibilidades de atuação para cumprir com seu objetivo social, a empresa nos últimos anos atuou com enfoque maior no setor de gestão portuária, como controladora dos Portos delegados de Imbituba, São Francisco do Sul e na gestão direta do Porto de Laguna, e prestando apoio técnico especializado à Secretaria de Estado da Fazenda na coordenação e estruturação de projetos do Programa de Parcerias e Investimentos do Estado de Santa Catarina (PPI-SC), conforme estabelece o Decreto 468/2020. Ao longo de sua existência a companhia também investiu em participações acionárias, participando do capital de empresas públicas e privadas, bem como constituiu empresas de propósito específico.

2.2. Mercado de Atuação

No exercício 2023 a atuação da empresa concentrou-se na atividade de gestão portuária, com o objetivo principal garantir a operação contínua dos Portos Delegados ao Estado, mantendo a qualidade dos serviços para que tenham condições de competitividade frente ao mercado, motivo pelo qual a companhia, até então vinculada diretamente ao Governador do Estado, no exercício de 2023 foi vinculada à Secretaria de Estado de Portos, Aeroportos e Ferrovias, instituída na reforma administrativa que alterou a Lei Complementar nº 741, de 2019.

Em relação às atividades dos Portos de São Francisco do Sul e de Imbituba, a SCPAR exerce o acompanhamento dos investimentos estruturantes de manutenção e de melhoria das instalações e operações portuárias, na forma prevista nos respectivos estatutos, por meio da condução da presidência dos respectivos Conselhos de Administração e na condução das Assembleias-Gerais, visto que é acionista único.

Já para o Porto de Laguna, onde a SCPAR atua diretamente, desde 2019, como Autoridade Portuária, os esforços convergem para realização de investimentos com ênfase na melhoria das instalações, como reformas na rede elétrica, rede lógica, na estrutura das edificações e cobertura dos prédios que compõe o complexo.

Paralelamente às atividades de Gestão Portuária, a SCPAR atua como instância executiva do Programa de Parcerias e Investimentos do Estado de Santa Catarina - PPI-SC, como disposto no artigo 6º do Decreto Estadual 468/2020.

Como é vedado aos órgãos e às entidades da Administração Pública Estadual Direta e Indireta detentores de ativos ou titulares de serviços públicos realizar licitação e celebrar contratos de parceria, assim como realizar procedimentos de manifestação de interesse, fora do âmbito do PPI-SC, o Decreto 468/2020 também atribuiu à SCPAR a competência para prestar-lhes apoio na adoção das providências necessárias à inclusão dos seus projetos no âmbito do PPI-SC (arts. 2º e 7º).

Uma vez qualificados os projetos no PPI-SC, também compete à SCPAR promover e executar o Programa, cabendo-lhe (art.6º):

I – estruturar a modelagem técnico-operacional, econômico-financeira e jurídica, esta última em articulação com a Procuradoria-Geral do Estado, bem como o gerenciamento operacional das parcerias entre órgãos e entidades da Administração Pública Estadual e a iniciativa privada;

II – elaborar, revisar, ajustar ou consolidar, direta ou indiretamente, projetos e estudos técnicos no âmbito do PPI-SC;

III – colaborar com os órgãos e as entidades da Administração Pública Estadual Direta e Indireta interessados em participar do PPI-SC;

IV – coordenar a execução de Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI) no âmbito do PPI-SC;

V – opinar tecnicamente, quando solicitado pelo CGPPI-SC, sobre a viabilidade e exequibilidade de projetos propostos para inclusão no PPI-SC;

VI – celebrar contratos que tenham por objeto atividades relacionadas à concessão de serviços públicos, a parcerias público-privadas ou a desestatizações, ou neles ser interveniente; e

VII – celebrar acordo de cooperação e/ou convênio com órgãos e entidades da Administração Pública Estadual para a consecução das ações de interesse comum previstas nos incisos I a IV deste parágrafo.

Desta feita, durante o exercício de 2023, a SCPAR prestou à Secretaria de Estado da Fazenda, coordenadora do PPI-SC, o apoio técnico especializado na gestão do PPI-SC, conforme Termo de Cooperação Técnica assinado entre as partes em 14/09/2022 (processo SCPAR 832/2022).

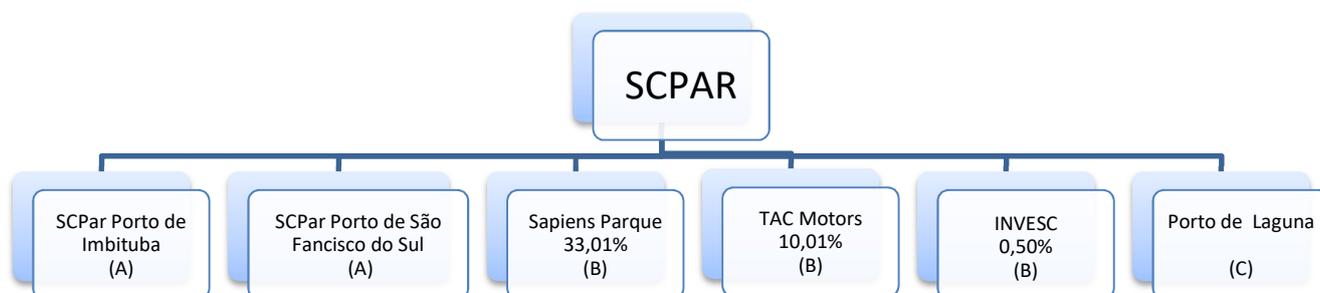
O referido Termo de Cooperação Técnica, que tem como objeto o “apoio técnico e operacional ao Programa de Parcerias e Investimentos do estado de Santa Catarina (PPI-SC), coordenado pela Secretaria de estado da Fazenda (SEF), por meio da diretoria de desestatização e Parcerias (SEF/DIDE), mediante a otimização da força de trabalho na Administração Pública”, tem vigência

prevista de 02 (dois) anos, a contar da data da assinatura (14/09/2022), podendo ser renovado por iniciativa das partes.

3. EMPRESAS DO GRUPO

A SCPAR, no cumprimento de seus objetivos, investiu ao longo do tempo em participações acionárias, integrando o capital de empresas públicas e privadas, bem como criou uma filial e constituiu empresas de propósito específico, as quais estão ilustradas na figura 1.

Figura 1. Empresas do grupo SCPAR



- (a) Subsidiárias integrais
- (b) Participações societárias
- (c) Filial

3.1. Subsidiárias Integrais

3.1.1. SCPAR Porto de Imbituba S.A.

A SCPAR Porto de Imbituba S.A., inscrita no CNPJ sob o no 17.315.067/0001-18, localizada na Avenida Presidente Vargas, área portuária de Imbituba, é uma Sociedade de Propósito Específico – SPE. A empresa foi criada pela SCPAR para dar cumprimento aos dispositivos estabelecidos no Convênio de Delegação no 01 de 26 de novembro de 2012 e respectivos aditivos, que entre si celebraram a União, por intermédio da Secretaria de Portos da Presidência da República, e o Estado de Santa Catarina, pelo qual foi delegado ao Estado a administração e exploração do Porto Organizado de Imbituba por um prazo provisório de até 2 anos. Em 18 de setembro de 2014, o prazo de vigência do convênio foi estendido por mais 23 anos, sendo passível de prorrogação por mais 25 anos.

3.1.1.1. Desempenho Operacional

O ano de 2023 consagrou as atividades portuárias em Imbituba com nova movimentação recorde histórica de 7.697 (sete milhões, seiscentos e noventa e sete mil) toneladas movimentadas, representando um crescimento de, aproximadamente, 8% em relação ao ano de 2022.

3.1.1.2. Lucro Líquido do Porto de Imbituba

A SCPAR Porto de Imbituba S.A. encerrou o ano de 2023 com um lucro líquido de R\$ 37.816.915,26 (trinta e sete milhões, oitocentos e dezesseis mil, novecentos e quinze reais e vinte e seis centavos) e uma Receita Operacional Líquida descontada a Receita de Construção em R\$ 76.437.437,62 (setenta e seis milhões, quatrocentos e trinta e sete mil, quatrocentos e trinta e sete reais e sessenta e dois centavos), representando um crescimento de 14% em relação ao ano imediatamente anterior.

Constata-se, ainda, que as Receitas Financeiras tiveram participação relevante nos resultados de 2023, uma vez que totalizaram a quantia de R\$ 22,7 milhões.

3.1.2. SCPAr Porto de São Francisco do Sul S.A.

A SCPAr Porto de São Francisco do Sul S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 29.307.982/0001-40, Inscrição Municipal nº 11662, localizada na Avenida Engenheiro Leite Ribeiro nº 782, na cidade de São Francisco do Sul, Santa Catarina, é uma sociedade de economia mista com propósito específico constituída, em 21 de dezembro de 2017, pelo acionista único SC Participações e Parcerias S.A. – SCPAr.

A Companhia tem como objeto social a administração e exploração do Porto Organizado de São Francisco do Sul e de suas instalações portuárias, tendo sido constituída para atendimento ao disposto no Convenio de Delegação 01/2011, de 01 de Abril de 2011, com a obrigatoriedade de criação de uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) em seu 6º Termo Aditivo, no qual se prorrogou a vigência do referido convênio até 31 de março de 2036, podendo, ainda, ser prorrogado por interesse dos partícipes. A Companhia é regida pelo seu Estatuto Social e pela legislação aplicável às sociedades anônimas e Lei Federal nº 13.303/2016.

3.1.2.1. Desempenho Operacional:

Em 2023, a SCPAr Porto de São Francisco do Sul obteve excelentes resultados operacionais: a movimentação total de cargas foi de 16,8 milhões de toneladas, superando em 33% a de 2022 (12,6 milhões).

3.1.2.2. Lucro Líquido do Porto de São Francisco do Sul:

Em 2023, uma das principais ações do Porto foi viabilizar junto aos órgãos intervenientes a autorização para uso do novo portão de acesso. Após a abertura, as operações tiveram uma nova dinâmica, registrando aumentos consideráveis nas produtividades. Exemplo disso é o aumento substancial na capacidade de receber veículos diariamente, passando de 500 para 1.500.

Diante disto, o resultado (lucro) do período compreendido entre 01.01.2023 a 31.12.2023, no valor de R\$ 29,7 milhões de reais, foi impactado positivamente pelo aumento na produção de soja e milho, aumentando assim os embarques para exportação.

3.2. Participações Acionárias

3.2.1. Sapiens Parque S.A.

A Sapiens Parque S.A., estruturada como Sociedade de Propósito Específico – SPE, inscrita no CNPJ sob no 05.563.053/0001-70, localizada na Avenida Luiz Boiteux Piazza, 1302, Canasvieiras, Florianópolis/SC, é controlada pela SCPAR e pelo Estado de Santa Catarina, com a participação da Fundação Certi. A SCPAR é detentora de 33,01% do Capital Social do Sapiens Parque, que objetiva criar um ambiente de inovação e tecnologia, à medida em que promove o desenvolvimento econômico, social, ambiental, tecnológico e urbano com sustentabilidade.

3.2.1.1. Lucro líquido

Em 2023, o Sapiens Parque apresentou um lucro líquido de R\$ 6,9 milhões, inferior ao ano de 2022, que havia sido de R\$ 17,7 milhões.

3.2.2. Outras participações

A SCPAR também possui participações acionárias na TAC Tecnologia Automotiva Catarinense, cujo valor importa em R\$ 6,2 milhões; na Rossin Automotiva S/A, com valor de R\$ 2,5 milhões; e na Proeza Automotiva S.A., cujo valor importa em R\$ 0,4 milhão. As referidas participações acionárias foram provisionadas como perda na realização de participações no valor total de R\$ 9,1 milhões e que foram interpostas ações judiciais na 3ª Vara Cível da Capital, da SCPAR contra as empresas, com vistas à recuperação das perdas apontadas.

A SCPAR também é detentora de 0,50% (R\$ 0,3 milhão) do capital social da Santa Catarina Participação e Investimentos S/A – INVESC, sendo o Estado de Santa Catarina o acionista majoritário.

3.3. Filial Porto de Laguna

Em 16/10/2019 a SCPAR assumiu a gestão do Porto de Laguna pelo prazo de 25 (vinte e cinco) anos, na condição de interveniente do delegatário, conforme extrato do Convênio de Delegação n.º 02/2019, assinado em 19/09/2019 e publicado no Diário Oficial da União, por meio do qual a União delegou ao Estado de Santa Catarina a administração e exploração daquele ativo.

O porto, há 55 anos, dedica-se exclusivamente à atividade pesqueira (Dec. Lei 525/69).

Situado em uma posição estratégica para o setor, fica próximo a áreas que concentram grandes cardumes e, conseqüentemente, maciça atividade pesqueira em um mesmo local, com condições de abastecimento de insumos para desenvolvimento da pesca.

O Terminal Pesqueiro possui um cais linear de 300 metros de comprimento, três salões de descarregamento de pescado, uma fábrica de gelo com capacidade de produção de 110 toneladas/dia e armazenamento de 240 toneladas distribuídas em dois silos e conta ainda com um posto de abastecimento de diesel marítimo com capacidade de armazenamento de 45.000 litros.

O Porto de Laguna tem aproximadamente 40 hectares de retro área destinada à expansão das infraestruturas portuárias.

A profundidade nos berços de atracação e bacia de evolução é atualmente de 5 metros.

No quesito ambiental o Porto de Laguna vem executando o Programa de Recuperação de Áreas Degradadas – PRAD, o Plano de Controle Ambiental – PCA e, por fim, a operação da Estação de Tratamento de Efluente hidro sanitário e industrial, que era uma das condicionantes para obtenção da Licença Ambiental de Operação – LAO, imposta pelo Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina - IMA.

Com relação à regulamentação Portuária, em 2023, foi encaminhado o Plano de Desenvolvimento e Zoneamento – PDZ para a Secretaria Nacional de Porto - SNP e Agência Nacional de Transportes Aquaviário – ANTAQ para avaliação. No mesmo ano, entrou em vigor o novo plano tarifário do Porto de Laguna, houve o lançamento do Plano Mestre do Complexo Portuário de Imbituba e Laguna e aprovação por parte da Diretoria Executiva da SC Participações e Parcerias S.A. - SCPAR do regulamento interno para autorização temporária de uso de áreas e instalações não afetas às operações portuárias do Porto de Laguna, visando à realização de eventos de curta duração, pelo prazo máximo de noventa dias, nos termos da portaria MINFRA n.º 51/2021.

3.3.1 Desempenho operacional

No final de 2019, a SCPAR iniciou um processo de adequações, melhorias e reformas no Porto de Laguna, que estava operando de maneira precária sob a administração anterior. As operações de desembarque de pescados foram registradas nos meses de novembro e dezembro, somando nesses meses 484,163 toneladas desembarcadas em 53 operações, totalizando R\$ 83.230,82, valor faturado nos primeiros meses após a SC Participações e Parcerias S.A. assumir o Porto de Laguna.

O ano de 2020 foi um período de grandes desafios, devido à situação em que o Porto se encontrava, somada às obrigações do convênio de delegação e as dificuldades no processo de transição. Entretanto, os investimentos realizados em conjunto com os esforços comerciais resultaram em um incremento substancial nas operações, que nesse primeiro ano de administração atingiu a marca de 6.359,177 toneladas de pescado movimentadas, oriundas de 330 operações de desembarque de pescado, apresentando R\$ 877.442,57 de faturamento. Nesse período, as atracções foram responsáveis por R\$ 20.611,54. As cessões de uso das áreas não operacionais resultaram em um total de R\$ 377.293,19. Portanto, em 2020 houve um faturamento de R\$ 1.275.347,30.

No ano de 2021, sob os efeitos da pandemia, foram descarregadas 4.661,799 toneladas de pescados, em 322 operações no Terminal Pesqueiro do Porto de Laguna. Isso representa uma queda de 36,4% do volume, se comparado ao ano anterior. Porém, o número de embarcações atendidas foi de menos 2,4%, o que pode indicar que as embarcações atracaram com menor quantidade de pescado nos porões, ou seja, o estoque pesqueiro estava disperso e/ou afastado. O faturamento do desembarque de pescado apresentou receita de R\$ 640.040,82 e de atracção R\$ 60.956,07. As cessões de uso das áreas não operacionais resultaram em um total de R\$ 484.800,00.

Em 2021 o Porto de Laguna faturou um total de R\$1.185.796,90.

Em 2022, foram descarregadas 4.147,799 toneladas de pescados no Porto de Laguna, num total de 200 embarcações atendidas, correspondendo à R\$583.468,62. Mesmo obtendo a diferença de 122 operações, ou seja, 61% a menos de barcos, o volume movimentado de carga em relação ao ano anterior diminuiu apenas 6%, o que levando a crer que as embarcações atracaram com mais pescados nos porões. A queda do número das descargas, no ano de 2022, ocorreu devido à greve dos pescadores nos primeiros 15 dias do mês de março, após a abertura da safra da sardinha. Ressalta-se que a safra da sardinha é fundamental para o terminal pesqueiro, tendo em vista que representa aproximadamente 50% do volume anual de desembarque, em relação à atracção o faturamento foi de R\$ 49.629,09. As cessões de uso das áreas não operacionais resultou em um total de R\$396.054,07. No ano de 2022 o faturamento foi de R\$1.029.151,78.

Em 2023, foram desembarcadas 6.785,142 toneladas de pescado, distribuídas em 413 operações. O desembarque de pescados foi responsável pelo faturamento de R\$ 718.492,13. Já a atracção culminou em um resultado de R\$ 70.963,78. Nesse ano também houve greve dos pescadores de sardinha, embora, na segunda quinzena do mês de março, as perdas não tenham sido sentidas devido ao maior volume pescado ter acontecido no mês de maio de 2023.

Outras receitas nesse período foram: R\$ 467.335,69, referentes às cessões de usos onerosas de áreas não operacionais do Porto de Laguna, Fábrica de Gelo e Posto de combustível Náutico e R\$ 101.640,00 relativos às autorizações temporárias de uso de áreas não operacional do Porto de Laguna.

Assim, em 2023, a SCPAR Porto de Laguna faturou um total de R\$1.358.431,60.

3.3.2 Lucro líquido

As atividades de fornecimento de água para as embarcações, arrendamento da Fábrica de gelo e do Posto de Gasolina, as taxas de atracação, os aluguéis da retroárea, somados à atividade de descarga, fizeram com que o Porto auferisse uma receita de R\$ 1,1 milhão. No entanto, os gastos operacionais atingiram o montante de R\$ 4,4 milhões, fazendo com que o Porto de Laguna incorresse num prejuízo de R\$ 3,3 milhões no ano de 2023.

4. ASPECTOS ECONÔMICOS

No exercício de 2023 a SCPAR apresentou um Lucro de R\$ 23,7 milhões, ante um resultado positivo de R\$13,5 milhões em 2022. Este lucro são decorrentes do resultado positivo da equivalência patrimonial na investida Sapiens Parque e dividendos dos Portos.

5. ESTRUTURA DOS ÓRGÃOS ESTATUTÁRIOS

5.1. Conselho da Administração

O Conselho de Administração é um órgão de deliberação estratégica e colegiada da empresa.

Reúne-se ordinariamente a cada bimestre e, extraordinariamente, sempre que necessário.

O Conselho de Administração é composto por 9 (nove) membros, sendo: 8 (oito) indicados pelo Governador do Estado, os quais serão eleitos pela Assembleia Geral e por ela destituíveis a qualquer tempo, e 1 (um) representante dos empregados do quadro permanente da empresa, eleito por estes.

MEMBROS	INÍCIO	ATÉ
Alexandre Amin Salum Júnior	01/01/2023	20/12/2023
Décio Augusto Bacedo de Vargas	01/01/2023	24/04/2023
Gisele de Faria	01/01/2023	31/12/2023
Renata de Arruda Fett Largura	01/01/2023	24/04/2023
Deivisson Assis Perera	01/01/2023	24/04/2023
Casemiro Tércio dos Reis Lima Carvalho	01/01/2023	24/04/2023
Marcelo Werner Salles	01/01/2023	31/12/2023
Mário Povia	01/01/2023	31/12/2023
Diego Silva de Oliveira	01/07/2023	24/04/2023
Sydney Hercilio da Rosa Filho	24/04/2023	31/12/2023
Rodrigo Mattos Moro	24/04/2023	31/12/2023
Gean Carlos Fermino	24/04/2023	31/12/2023
Luciane Corezzolla Decarli	24/04/2023	31/12/2023
Marcelo Mendes	24/04/2023	31/12/2023

O Sr. Décio Augusto Bacedo de Vargas permaneceu como presidente do Conselho de Administração, no período de 01/01/2023 até 24/04/2023. No dia 24/04/2023 o Conselho de Administração elegeu como Presidente do Conselho de Administração, o Sr. Marcelo Werner Salles, e como Vice-presidente o Sr. Marcelo Mendes.

5.2. Conselho Fiscal

Órgão permanente de fiscalização, de atuação colegiada e individual, o Conselho Fiscal é composto por 3 (três) membros efetivos e respectivos suplentes, eleitos pela Assembleia Geral de Acionistas, sendo pelo menos 1 (um) membro indicado pelo Chefe do Poder Executivo, que deverá ser servidor público com vínculo permanente com a administração pública.

Suas reuniões acontecem ordinariamente a cada 3 (três) meses e, extraordinariamente, sempre que necessário.

MEMBROS	INÍCIO	ATÉ
TITULARES		
Luiz Felipe Ferreira	01/01/2023	24/04/2023
Giglione Edite Zanela Maia	01/01/2023	14/03/2023
Júlio Cesar Bernardi Cogo	01/01/2023	31/12/2023
Sérgio Tadeu Macagnan	24/04/2023	31/12/2023
Rogéria Pereira Machado	24/04/2023	31/12/2023
SUPLENTES		
Sérgio Augusto Michalczuk	01/01/2023	31/12/2023
Fábio Zobot Holthausen	01/01/2023	31/12/2023
Alessandro Rodrigues de Lemos Paula Marques	01/01/2023	02/02/2023

5.3. Diretoria Executiva

A Diretoria Executiva é o órgão executivo de administração e representação, cabendo-lhe assegurar o funcionamento regular da empresa em conformidade com a orientação geral traçada pelo Conselho de Administração. É composta pelo Diretor-Presidente e até mais quatro diretores, indicados pelo Governador do Estado, além de mais um Diretor indicado pelos empregados de carreira da companhia, sendo todos eleitos pelo Conselho de Administração. O prazo de gestão da Diretoria Executiva será unificado com os Membros do Conselho de Administração e terá duração de 2 (dois) anos, permitidas, no máximo, 3 (três) reconduções consecutivas. A Diretoria Executiva terá poderes e as atribuições conferidos, pelo Estatuto e pela lei, para assegurar o funcionamento regular da

empresa, podendo decidir sobre a prática de todos os atos e operações que se relacionarem com o objeto social e não forem de competência privativa do Conselho de Administração ou da Assembleia Geral, ou ainda deles não exigirem prévia manifestação.

MEMBROS	INÍCIO	ATÉ
Carlos Magno dos Santos Júnior	01/01/2023	13/03/2023
Alexandre Amin Salum Júnior	01/01/2023	20/12/2023
Jeferson Machado	01/01/2023	31/12/2023
Gerson Luiz Schwerdt	13/03/2023	31/12/2023
Eduardo Antônio Sausen	02/05/2023	31/12/2023

5.4. Comitê de Elegibilidade

Órgão colegiado, independente, de caráter permanente, opinativo, que tem por finalidade, entre outras, a de verificar a conformidade do processo de indicação de membros para compor o Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva da Empresa, com competência para auxiliar o acionista controlador na indicação desses membros. Constituído por 03 (três) a 5 (cinco) membros titulares, e respectivos suplentes, escolhidos pela Assembleia Geral, com reputação ilibada, devendo sua composição, preferencialmente, comportar as seguintes indicações: 1 (um) membro titular e suplente da área de gestão de pessoas; 1 (um) membro titular e suplente da área de gestão de riscos ou *compliance*; 1 (um) membro titular e suplente da área de gestão estratégica ou de auditoria interna; 1 (um) membro titular e suplente da área do departamento jurídico; 1 (um) membro titular e suplente do Conselho de Administração.

MEMBROS TITULARES	INÍCIO	ATÉ
Renata de Arruda Fett Largura	01/01/2023	09/01/2023
Carlos Magno dos Santos Júnior	01/01/2023	09/01/2023
Allyson Alberto Mazzarin	01/01/2023	09/01/2023
Nathan Northon Neumann	09/01/2023	31/12/2023
Nilo Sérgio Silvy	09/01/2023	31/12/2023
Marcelo Mendes	09/01/2023	12/06/2023
Ludimar Silverio Ribeiro Júnior	12/06/2023	31/12/2023
SUPLENTES		
Décio Augusto Bacedo de Vargas	01/01/2023	09/01/2023
Gisele de Faria	01/01/2023	09/01/2023
Bruna Eva Morais dos Anjos	01/01/2023	09/01/2023
Nathalia da Silva Zimmermann	09/01/2023	31/12/2023
Deise Gonçalves Martins	09/01/2023	31/12/2023
Deise Cristina Lopes	09/01/2023	31/12/2023

5.5. Comitê de Auditoria Estatutária- CAE Conglomerado

O CAE Conglomerado se encontra vinculado ao Conselho de Administração da Holding, ao qual se reporta no exercício de suas funções. É responsável pela supervisão, avaliação e monitoramento das áreas de auditoria interna, controles internos, gestão de riscos e compliance da Holding e das Subsidiárias Integrais SCPAR Porto de Imbituba S.A e SCPAR Porto de São Francisco do Sul S.A.. O Comitê de Auditoria Estatutário, eleito e destituído pelo Conselho de Administração, será composto por 5 (cinco) membros, em sua maioria independentes. Dois membros serão vinculados aos Conselhos de Administração das Subsidiárias Integrais SCPAR Porto de Imbituba S.A. e SCPAR Porto de São Francisco do Sul S.A e por elas remunerados. O mandato dos membros do CAE será de 02 (dois) anos, permitida uma única recondução, e a sua posse se dará com a assinatura do termo de posse.

MEMBROS TITULARES	INÍCIO	ATÉ
Bruno Bartelle Basso	01/01/2023	10/03/2023
Carlos Rocha Velloso	01/01/2023	31/01/2023
Paulo Roberto Reichelt Ayres	01/01/2023	31/01/2023
Roberto de Farias Rosa	03/07/2023	31/12/2023
Victor Hugo Silva Forte	03/07/2023	31/12/2023
Gabriel Colombo Moro	10/11/2023	31/12/2023
André Munzlinger (Porto de Imbituba)	25/07/2023	31/12/2023
Cintia de Castro Cardoso (Porto de São Francisco do Sul)	25/07/2023	31/12/2023

6. REMUNERAÇÃO DOS ÓRGÃOS ESTATUTÁRIOS

Em 2023, a remuneração global dos membros dos órgãos estatutários manteve-se dentro do limite global de R\$ 2,3 milhões, montante compreendido pelos membros do Conselho Administração, do Conselho Fiscal, da Diretoria Executiva e do Comitê de Auditoria Estatutário – CAE como aderente à regra disposta no art.152 da Lei Federal no 6.404/76.

Destaca-se que a remuneração mensal devida aos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal não poderá ser inferior a 10% (dez por cento) da remuneração/honorários de um Diretor da empresa, excluídos os valores relativos a eventuais adicionais e benefícios, sendo vedado o pagamento de participação de qualquer espécie nos lucros da empresa. A remuneração dos membros do CAE é a

mesma dos membros do Conselho de Administração. Os membros do Comitê de Elegibilidade não são remunerados.

7. CONTROLE INTERNO

O Controle Interno da SCPAr em 2023 foi exercido pelo empregado público de carreira Geancarlo Stein, nomeado por meio da Portaria 003 de 26/04/2021.

Alguns exemplos de recomendações expedidas pelo órgão de Controle Interno e as providências adotadas em 2023 estão resumidas no quadro a seguir:

DESCRIÇÃO DA RECOMENDAÇÃO	PROVIDÊNCIAS ADOTADAS	SETOR RESPONSÁVEL	SÍNTESE DA PROVIDÊNCIA	RESULTADOS OBTIDOS
Atendimento aos parâmetros do Programa de Integridade e Compliance - PIC 2023.	Coordenação do Programa PIC dentro da SCPAr	Controle Interno	Tratamento de informações, elaboração de relatório.	Programa cumprido.
Verificação de recebimento e controle de prazos de demandas por órgãos de controle e oficiais.	Encaminhada solicitação	Gabinete Presidência	Informações recebidas	Providência atendida
Verificação do controle de patrimônio da empresa.	Encaminhada solicitação de relatórios	Administrativo	Informações sobre controle de patrimônio	Relatórios recebidos
Atendimento a demandas do TCE-SC. Informações técnicas e dados de licitações.	Respostas às demandas recebidas	Controle Interno	Coleta e tratamento e informações.	Demandas atendidas
Solicitação de indicação de integrantes para o Comitê de	Encaminhamento para	Ouvidoria / Diretoria	Indicação	Providência adotada

Conduta e Integridade, conforme previsto no Art. 11 do Código de Conduta e Integridade da SCPAR.	diretoria.			
Atualização de documentos institucionais SCPAR. Site Transparência.	Elaboração, revisão e publicação.	Controle Interno	Redação e publicação	Realizado
Solicitação de indicação de integrantes para Comitê de Gestão de Riscos.	Encaminhamento para diretoria.	Diretoria	Indicação	Providência adotada.
Inclusão de número do SGP-e na página do site SCPAR contendo resultados de licitações e dispensas.	Encaminhada orientação.	Administrativo/Licitações	Atualização/Informação	Providência adotada

8. AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento à Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, art. 7º, “aplicam-se a todas as empresas públicas, as sociedades de economia mista de capital fechado e as suas subsidiárias as disposições da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e as norma da Comissão de Valores Mobiliários sobre escrituração e elaboração de demonstrações financeiras, inclusive a obrigatoriedade de auditoria independente por auditor registrado nesse órgão”.

A SCPAR utilizou os serviços de Auditoria Independente da empresa Audimec Auditores Independentes, contratada mediante processo licitatório em 2023, para o acompanhamento trimestral e emissão do relatório de auditoria, relacionado aos exames das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2023.

9. DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS E DIVIDENDOS RECEBIDOS

Devido ao prejuízo acumulado em 31 de dezembro de 2023, não haverá pagamento de dividendos aos acionistas.

Até a presente data a SCPAR Holding não recebeu das subsidiárias, SCPAR Porto de São Francisco do Sul S.A e da SCPAR Porto de Imbituba S.A., os dividendos obrigatórios sobre o Lucro Líquido dos exercícios de 2019 a 2022, conforme previsto na Lei Federal no 6.404/76, no montante de R\$ 34,5 milhões.

Dividendos a Receber	2019	2020	2021	2022	Total
SCPar Porto de Imbituba S.A.		2.595.346,90	3.220.564,50	25.767.768,98	31.583.680,38
SCPar Porto de São Francisco do Sul S.A.	979.006,81	524.621,79	0,00	1.488.279,30	2.991.907,90
Total					34.575.588,28

10. INVESTIMENTOS

10.1. Gestão Orçamentária

No exercício de 2023 foram efetuados investimentos na SCPar no montante R\$ 79.206,82 (sendo R\$ 74.206,82 investimentos efetuados na Filial da SCPar em Laguna – Porto de Laguna e R\$ 5.305,00 na Matriz)

10.1.1. Convênios

O Ministério de Portos e Aeroportos autorizou a SCPar a investir parte dos dividendos recebidos da subsidiária SCPAR Porto de Imbituba em obras de melhorias do Acesso Sul do município de Imbituba, trecho que liga a BR-101 ao Porto, pelo bairro Vila Nova.

O investimento representa um aporte de R\$ 17 milhões e será repassado pelo Governo do Estado de Santa Catarina, por meio da SCPAR holding, para a prefeitura realizar a obra.

O empenho para a liberação dos recursos foi um esforço conjunto do Ministério de Portos e Aeroportos, SNPTA, Secretaria Estadual de Portos, Aeroportos e Ferrovias (SPAF), CAP Imbituba, SCPAR holding, Porto de Imbituba e prefeitura.

11. DESEMPENHO AMBIENTAL

Seguindo a linha de atuação da SCPar, focada na gestão de empreendimentos e projetos estratégicos para o desenvolvimento econômico e social do estado, a questão ambiental é tratada com fundamental importância para manter o crescimento do estado de forma sustentável.

Baseando-se nas boas práticas e agendas positivas da governança sócio ambiental - ESG, busca-se fazer além do preconizado pela Legislação Ambiental. Seguindo os princípios de sustentabilidade nas ações socioambientais da instituição, alcançamos diversos resultados capazes de aumentar o desempenho de nossos processos, reduzindo impactos negativos no meio ambiente e contribuindo na redução do impacto nas mudanças climáticas. Ações que resultaram em reconhecimento junto à Agência Nacional de Transporte Aquaviário - ANTAQ, através do IDA- Índice de Desenvolvimento Ambiental, que classificou dois de nossos portos entre os 10 melhores no ranking nacional em ações do ano de 2023, qual ocorre através da análise indicadores diversos e de fatores ambientais complexos, além de outros Prêmios Estaduais e Nacionais envolvendo meio ambiente, comunidade e instituição, ações detalhadas em cada um dos relatórios de sustentabilidade de suas subsidiárias.

Havendo subsidiária signatária do Pacto Global das Organizações das Nações Unidas (ONU), iniciativa que estimula companhias a adotar práticas que promovam o crescimento sustentável e a cidadania, devendo reportar anualmente seu progresso a ONU em relação aos programas desenvolvidos, juntando-se a outros 60 portos ao redor do mundo no programa que é a maior iniciativa de sustentabilidade corporativa atual no mundo, com mais de 16 mil membros, entre empresas e organizações, distribuídas por 160 países. Consciente da responsabilidade perante o desenvolvimento sustentável do Estado de Santa Catarina buscamos constantemente aprimorar nossas ações em prol da preservação do meio ambiente e respeito às comunidades onde cada subsidiária está inserida, contribuindo para uma sociedade mais justa, inclusiva e sustentável, potencializando ações que contribuam para o alcance dos “ODS”, objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU.

12. DESEMPENHO SOCIAL

A SCPAR Holding, enquanto acionista único dos Portos de São Francisco do Sul e de Imbituba e como gestora do Porto de Laguna, incentiva o exercício de ações que possam melhorar a relação entre o porto e as cidades em que localizados, promovendo uma integração mais harmoniosa e benéfica para ambas as partes.

As ações reforçam o engajamento comunitário dos portos, estabelecendo fóruns de diálogo e participação que envolvem moradores, organizações locais e partes interessadas, a conscientização educacional para aumentar a compreensão sobre o papel do porto na economia local e global e práticas de gestão ambiental sustentável.

São exemplos de ações exercidas em 2023 pelo porto de Imbituba:

- a) parceria inédita com a Mercedes-Benz para adesão ao Movimento “A Voz Delas”, iniciativa que busca promover ações para o bem-estar das caminhoneiras, cristais (como são chamadas as companheiras dos motoristas) e as profissionais do setor de transporte de cargas, firmando

- um compromisso conjunto com a representatividade, o empoderamento, a segurança e o respeito às mulheres;
- b) Prêmio Nacional Portos e Navios de Responsabilidade Socioambiental, conferido durante o 16º Seminário Nacional sobre Indústria Marítima e Meio Ambiente – Ecobrasil, realizado no Rio de Janeiro (RJ): o Prêmio reconheceu o Projeto Costa Butiá, desenvolvido desde 2018 pela administração do Porto, e realizado pela empresa Acquaplan, dentro da execução do Programa de Educação Ambiental da Autoridade Portuária;
 - c) a 2ª edição do Arraiá do Porto de Imbituba, evento que faz parte da programação de aniversário do município, tem os objetivos de promover a aproximação porto-cidade e apoiar causas sociais locais: cerca de 3 mil pessoas passaram pelo evento, que somou a arrecadação de mais de R\$ 38 mil para a Casa de Repouso Imaculada Conceição de Imbituba e R\$ 1,8 mil para a Associação dos Amigos dos Autistas de Imbituba;
 - d) Programa Porto de Portas Abertas: a SCPAR Porto de Imbituba foi homenageada pelo jornal Diário do Sul com o troféu Amigo da Educação por seu programa de visitas, o Porto de Portas Abertas, programa com objetivo de valorizar iniciativas educacionais;
 - e) IMBCOMEX 2023, o maior encontro de comércio exterior da Região Sul de Santa Catarina, com painéis e palestras de autoridades e profissionais especialistas no assunto, visando o compartilhamento de informações estratégicas com o mercado e o desenvolvimento das operações no complexo portuário, uma realização do Núcleo de Comércio Exterior da Associação Empresarial de Imbituba (ACIM COMEX) em parceria com a SCPAR Porto de Imbituba;
 - f) 24º Prêmio Fritz Muller pelo Instituto de Meio Ambiente (IMA), com o projeto socioambiental Costa Butiá;
 - g) “Porto sem Dengue”, com diversas ações de conscientização e divulgação de materiais informativos na área portuária e nas redes sociais do Porto, além da realização de um dia “D” de mutirão com as empresas arrendatárias para monitoramento e a eliminação de pontos com acúmulo de água.

O Porto de São Francisco do Sul também realizou diversas atividades de relacionamento porto-cidade, entre elas o programa de visitação ao Porto, iniciativa em parceria com a Receita Federal, que trouxe um público diversificado para conhecer as instalações portuárias, prioritariamente alunos da rede pública de São Francisco do Sul e de forma gradual se estendendo para outras entidades e instituições de ensino.

O Porto também garantiu a manutenção da certificação ISO 9001 e 14001, após auditoria externa que constatou que o Porto continua atendendo aos requisitos estabelecidos para a Certificação ISO 9001 (de Gestão da Qualidade) e 14001 (de Gestão Ambiental).

O porto de Laguna, por sua vez, também promove ações de incentivo ao envolvimento da comunidade, como apoio às festividades de carnaval na cidade e apoio aos pescadores de tainha que trabalham na região.

A holding, por sua vez, engloba os critérios ESG em todos os projetos de estruturação e modelagem com seu corpo técnico, como por exemplo os projetos em andamento do Centro Socioeducativo, o Complexo prisional de Blumenau e o Complexo Hospitalar de Florianópolis, além de aplicar os conceitos em projetos de equipamentos turísticos como o mirante da Serra do Rio do Rastro e os estudos para concessão dos parques sob gestão do Instituto do Meio Ambiente – IMA.

A companhia, cumprindo sua missão na geração de investimentos no território Catarinense, atividade que volta ao escopo das suas ações em 2024, atuará na função de Agência de Promoção e Atração de Investimentos, atuará em linha com a geração de emprego e renda, beneficiando todos os catarinenses.

Como forma de agregar valor para sociedade, suas ações serão pautadas na geração de investimentos que possam somar maior sustentabilidade ambiental, social e com uma governança profissional, de modo a gerar um ambiente de negócios em linhas com os objetivos de desenvolvimento sustentável.

13. GESTÃO DE PESSOAS

De acordo com o perfil de sua natureza jurídica, a formação do quadro permanente da SCPAr se deu por meio de concurso público, conforme rege o artigo 35, inciso II da Constituição Federal – CF e pelo artigo 71 do Estatuto Social da empresa. O último concurso realizado pela SCPAr se deu no ano de 2007.

Em 31 de dezembro de 2023, o quadro de colaboradores atuando na empresa era composto por 27 (vinte e sete) pessoas, sendo 03 (três) diretores, 12 (doze) empregados comissionados e 12 (doze) empregados efetivos. Dos 12 (doze) empregados efetivos, 6 (seis) estão nomeados em funções gratificadas e/ou cargo comissionado. Dentre os 03 (três) diretores, 1 (um) é empregado efetivo da empresa e 1 (um) servidor de carreira do Estado.

Além dos 27 colaboradores que atuam na empresa, a companhia também tem 5 (cinco) empregados cedidos a outros órgãos, que por sua vez prestam o devido reembolso à SCPAr dos seus salários e encargos.

Durante o ano de 2023 houve 3,8343% de concessão de reajuste salarial e o Programa de Alimentação do Trabalhador – PAT no valor de R\$1.428,40/mês.

14. OUVIDORIA

Em 2023, a SCPAr Holding recebeu 49 manifestações, com um destaque para denúncias (36,73%) e reclamações (26,53%), refletindo um compromisso contínuo com a transparência e o diálogo entre a administração e seus públicos. As demandas variaram, abordando desde demora no atendimento,

contratos e infraestrutura, até limpeza pública e acesso a informação, mostrando a interação da comunidade com os serviços prestados. O prazo médio de resposta variou de 09 até 47,2 dias, dependendo da unidade, com a maioria das questões sendo efetivamente resolvidas. A Ouvidoria da SCPAR focou em aprimorar a comunicação interna e com a Ouvidoria Geral, demonstrando uma ouvidoria em evolução, atenta às necessidades da população e do setor empresarial, e reforçando a importância da prestação de contas e da transparência na gestão pública.

15. PERSPECTIVAS PARA 2024

Por determinação do Governo do Estado de Santa Catarina, acionista majoritário, a SCPAR iniciou, em 2024, processo de transição de suas atividades operacionais.

Embora mantenha a articulação e a uniformização de ações entre estatal controladora (SCPar) e estatais controladas (Portos Delegados), na gestão das instalações portuárias, deverá reduzir essa transversalidade na operação portuária de forma gradual ao passo em que atuará como entidade centralizadora da função de propriedade, uma holding de participações, com foco na gestão de ativos, enquanto a Política Pública Portuária ficará a cargo da Secretaria de Estados de Portos, Aeroportos e Ferrovias. Já a gestão dos portos delegados será exercida exclusivamente pelos seus respectivos órgãos estatutários.

Assim, a SCPAR, volta seu foco para atividades de atração de investimentos, sejam investimentos diretos ou investimentos em infraestrutura. Para cumprir as determinações do acionista, a empresa elegeu e deu posse ao Diretor-Presidente Renato Dias Marques de Lacerda, que, a partir de 02/01/2024, iniciou processo de reestruturação organizacional, com criação e reformulação de diretorias voltadas à operações: Diretoria de PPPs e Concessões e Diretoria de Atração de Investimentos (antiga Diretoria de Portos).

Assim a companhia corrobora com seu objetivo principal de gerar desenvolvimento econômico no território catarinense, passando, entretanto, a ter possibilidade de geração de receitas operacionais ligadas a prestação de serviços técnicos especializados.

Considerando o novo posicionamento da companhia, as iniciativas estabelecidas com a finalidade de alcançar os objetivos definidos para o ano de 2024 estarão concentradas em promoção da geração de investimentos no território catarinense e o desenvolvimento, gerenciamento e/ou a prestação de serviços de apoio à gestão de programas e projetos estratégicos de governo.

No caso do Porto de Laguna, onde a SCPAR atua diretamente como Autoridade Portuária, a meta é extinguir a filial, incorporando-a à SCPAR Porto de Imbituba, para maior eficiência econômica e operacional.

Paralelamente a SCPAR atua como suporte especializado ao Programa de Parcerias e Investimentos do Estado de Santa Catarina (PPI-SC), conforme estabelecido pelo Decreto nº 1.530 de outubro de 2021. Seu objetivo é contribuir para a promoção de investimentos no território catarinense, fornecendo a prestação de serviços de suporte técnico especializado. Com isso, a empresa pretende ainda ampliar sua atuação para se tornar também uma Agência de Atração de Investimentos, oferecendo assessoria na interlocução com órgãos públicos e apoio a investidores interessados.

Atualmente a carteira de projetos do programa de parcerias e investimentos do Estado de Santa Catarina possui um valor aproximado de R\$ 2 Bilhões em investimentos, R\$ 17 Bilhões em valor de contrato e gera R\$ 1,20 Bilhão em economia (Vfm¹).

Em 2024, além da estruturação de projetos, a companhia atuará em linha com as melhores práticas de atração de investimentos.

Consultoria realizada pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento no ano de 2023 corroborou que um investimento de R\$ 9,3 Milhões no orçamento de atração de investimentos em Santa Catarina é capaz de gerar R\$ 1,7 Bilhão em investimento no setor produtivo, entre R\$ 75 e R\$ 310 milhões em retorno de ICMS e 22 mil empregos adicionais.

Por fim, a SCPAR considera expandir para a gestão centralizada de ativos públicos, como imóveis e participações acionárias. A tendência global é atribuir essa gestão a holdings, visando a valorização e rentabilização dos ativos. A centralização, recomendada pela OCDE, proporciona monitoramento eficaz das participações acionárias do estado, promovendo a padronização da gestão corporativa e fortalecendo a conexão entre companhias e o núcleo político do governo. A SCPAR busca assumir um papel proeminente nesse cenário, almejando contribuir significativamente para o desenvolvimento econômico e a atração de investimentos em Santa Catarina.

O Estado de Santa Catarina possui excelentes indicadores de desempenho sociais e econômicos, o que lhe proporciona figurar como o segundo Estado Mais Competitivo do País, segundo o Ranking CLP 2023, e, com apenas 1% de território nacional, ser a sexta maior economia.

No entanto, quando trata-se de converter esse potencial em atração de investimentos privados, o Estado de Santa Catarina possui uma baixa performance, estando posicionado apenas na 8ª posição no ranking de Investimentos Estrangeiros Diretos atraídos em 2019 (estima-se que atualmente ocupe a 10ª posição) e no último relatório Doing Business realizado pelo banco mundial figurou na 20ª posição em ambiente de negócios propícios para realização de negócios. Tais indicadores na atração de investimento não coadunam com o potencial competitivo de Santa Catarina, podendo-se traçar a

¹ O Value for Money (VFM) é uma metodologia que utiliza critérios objetivos e técnicos para avaliar se um projeto de parceria público-privada (PPP) é viável ou não. O VFM é calculado por meio de duas estimativas financeiras diferentes, que projetam os gastos que a administração pública terá com os modelos usados para o pagamento de serviços. O primeiro modelo é o Comparativo do Setor Público (CSP), que simula os custos nas aquisições convencionais realizadas pela Lei de Licitações (8.666/1993 ou 14.133/2021). O segundo modelo é o de Concessão/PPP, que simula os gastos a serem feitos pela administração pública durante o contrato. O VFM engloba a diferença de valor líquido entre os dois tipos de projeção: CSP e o Concessão/PPP. Fonte: Houer Concessões (2024).

analogia de um bom produto sem uma performance coerente na promoção e atração de investimentos.

Alguns estudos apontam que uma boa prática na atração de investimentos e estruturação de projetos de PPPs e concessões é a instituição de uma unidade segregada da administração pública direta para execução de projetos e atendimento ao investidor, de modo que o governo detenha a estratégia e as diretrizes gerais da política pública, delegando a execução para ente com maior agilidade e regime jurídico de direito privado, mas pertencente a estrutura do Estado.

Assim, a SCPAR, no ano de 2024 pretende consolidar sua atuação como órgão de assessoramento técnico especializado na estruturação de projetos de parcerias, além de exercer a missão de ser a Agência de Promoção e Atração de Investimentos Privados para Santa Catarina.

Renato Dias Marques de Lacerda

Diretor-Presidente

Jeferson Machado

Diretor

Gerson Luiz Schwerdt

Diretor

Eduardo Antônio Sausen

Diretor

Rodrigo Meyer Prisco Paraíso

Diretor



Assinaturas do documento



Código para verificação: **T16U95CG**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ **RENATO DIAS MARQUES DE LACERDA** (CPF: 018.XXX.717-XX) em 17/04/2024 às 19:28:40
Emitido por: "SGP-e", emitido em 13/07/2018 - 15:00:11 e válido até 13/07/2118 - 15:00:11.
(Assinatura do sistema)
- ✓ **JEFERSON MACHADO** (CPF: 983.XXX.809-XX) em 18/04/2024 às 10:33:46
Emitido por: "SGP-e", emitido em 28/02/2019 - 18:40:23 e válido até 28/02/2119 - 18:40:23.
(Assinatura do sistema)
- ✓ **EDUARDO ANTÔNIO SAUSEN** (CPF: 049.XXX.719-XX) em 19/04/2024 às 11:11:56
Emitido por: "SGP-e", emitido em 02/05/2023 - 14:13:26 e válido até 02/05/2123 - 14:13:26.
(Assinatura do sistema)
- ✓ **RODRIGO MEYER PRISCO PARAISO** (CPF: 030.XXX.889-XX) em 23/04/2024 às 09:30:48
Emitido por: "SGP-e", emitido em 23/02/2023 - 15:39:59 e válido até 23/02/2123 - 15:39:59.
(Assinatura do sistema)
- ✓ **GERSON LUIZ SCHWERDT** (CPF: 421.XXX.860-XX) em 23/04/2024 às 14:13:31
Emitido por: "SGP-e", emitido em 20/03/2019 - 13:26:31 e válido até 20/03/2119 - 13:26:31.
(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U0NQVJfMTA1NDJfMDAwMDA0NDJfNDQyXzlwMjRfVDE2VTk1Q0c=> ou o site

<https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SCPAR 0000442/2024** e o código **T16U95CG** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(valores expressos em reais)

Balanco Patrimonial

ATIVO	2023	2022
CIRCULANTE	79.906.496,67	53.540.321,41
Caixa e Equivalentes de Caixa (nota 4)	40.226.807,82	42.095.791,33
Créditos a Receber (nota 5)	35.981.680,85	8.725.632,57
Contas a Receber de Clientes (nota 6)	179.626,37	93.105,35
Convênios (nota 7)	469.837,13	469.837,15
Tributos a Recuperar (nota 8)	2.855.571,80	1.793.812,79
Outros Créditos (nota 9)	192.972,70	362.142,22
NÃO CIRCULANTE	150.370.855,62	148.694.982,07
Realizável a Longo Prazo (nota 10)	9.316.843,71	9.887.647,70
Investimentos (nota 11)	137.035.608,64	134.701.856,73
Imobilizado (nota 12)	2.468.363,62	2.554.463,49
Intangível (nota 13)	1.550.039,65	1.551.014,15
TOTAL DO ATIVO	230.277.352,29	202.235.303,48

As Notas Explicativas integram as Demonstrações Financeiras

PASSIVO e PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2023	2022
CIRCULANTE	2.523.445,69	2.759.132,87
Obrigações Fiscais e Previdenciárias (nota 14)	385.451,38	409.836,45
Fornecedores (nota 15)	84.916,71	305.646,83
Obrigações Trabalhistas (nota 16)	587.552,40	632.170,02
Outros Passivos (nota 17)	1.465.525,20	1.411.479,57
NÃO CIRCULANTE	55.000,00	55.000,00
Obrigações a Longo Prazo (nota 18)	55.000,00	55.000,00
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (nota 19)	227.698.906,60	199.421.170,61
Capital Realizado (nota 19.1)	231.767.692,05	227.208.991,76
Capital Social Autorizado	1.000.000.000,00	1.000.000.000,00
Capital Social a Subscrever	(768.232.307,95)	(772.791.008,24)
Reserva de Lucros/Prejuízos Acumulados (nota 19.2)	(6.060.719,89)	(29.779.755,59)
Reserva Legal (nota 19.3)	1.991.934,44	1.991.934,44
TOTAL DO PASSIVO e PATRIMÔNIO LÍQUIDO	230.277.352,29	202.235.303,48

As Notas Explicativas integram as Demonstrações Financeiras

Demonstrações Financeiras
Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(valores expressos em reais)

Demonstração do Resultado do Exercício – DRE

	2023	2022
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	1.167.504,43	2.258.372,25
Prestação de serviços (nota 20)	1.361.088,22	2.633.670,22
(-) Impostos sobre serviços (nota 21)	(193.583,79)	(375.297,97)
CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS	(1.776.181,73)	(1.121.833,41)
Custos dos Serviços	(1.776.181,73)	(1.121.833,41)
LUCRO BRUTO	(608.677,30)	1.136.538,84
DES PESAS OPERACIONAIS	(10.379.381,06)	(11.758.710,05)
Despesas Pessoal e Encargos	(7.133.569,82)	(8.076.952,64)
Despesas Gerais e Administrativas	(695.156,69)	(429.830,56)
Serviços de Terceiros	(2.384.068,36)	(3.175.472,08)
Depreciação	(166.586,19)	(76.454,77)
OUTROS RESULTADOS OPERACIONAIS	29.610.411,50	19.511.025,64
Resultado da Equivalência Patrimonial (nota 11.1)	2.333.751,91	16.250.461,14
Dividendos dos Portos	27.256.048,28	3.220.564,50
Recuperação de Despesas	49.000,00	40.000,00
Outras Despesas Operacionais	(28.388,69)	
RESULTADOS ANTES DOS RESULTADOS FINANCEIROS	18.622.353,14	8.888.854,43
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDOS (nota 22)	5.096.682,56	4.692.789,73
RESULTADO OPERACIONAL LÍQUIDO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	23.719.035,70	13.581.644,16
Imposto de Renda Sobre Lucro (nota 23)	-	-
Contribuição Social Sobre Lucro (nota 23)	-	-
LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO do EXERCÍCIO	23.719.035,70	13.581.644,16
Lucro/Prejuízo por Ação	0,10	0,06

As Notas Explicativas integram as Demonstrações Financeiras

Demonstrações Financeiras
Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(valores expressos em reais)

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL

	Capital Social Autorizado	Capital Realizado	Reserva Legal	Reserva de Lucros	Lucros/Prejuízos Acumulados	TOTAL
SALDOS EM 31.12.2021	1.000.000.000,00	239.171.699,47	1.991.934,44	-	(43.361.399,75)	197.802.234,16
Capital Social Realizado	-	5.528.686,28	-	-	-	5.528.686,28
Redução de Capital	-	(17.491.393,99)	-	-	-	(17.491.393,99)
Lucro do Exercício	-	-	-	13.581.644,16	-	13.581.644,16
Transferência para Lucros/Prejuízos Acumulados	-	-	-	(13.581.644,16)	13.581.644,16	-
SALDOS EM 31.12.2022	1.000.000.000,00	227.208.991,76	1.991.934,44	-	(29.779.755,59)	199.421.170,61
Capital Social Realizado	-	4.558.700,29	-	-	-	4.558.700,29
Redução de Capital	-	-	-	-	-	-
Lucro à Disposição da Assembléia	-	-	-	23.719.035,70	-	23.719.035,70
Transferência para Lucros/Prejuízos Acumulados	-	-	-	(23.719.035,70)	23.719.035,70	-
SALDOS EM 31.12.2023	1.000.000.000,00	231.767.692,05	1.991.934,44	-	(6.060.719,89)	227.698.906,60

As Notas Explicativas integram as Demonstrações Financeiras

Demonstrações Financeiras
Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(valores expressos em reais)

Demonstração do Fluxo de Caixa – DFC -Método Indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro	2023	2022
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Ajustes no Lucro Líquido/Prejuízo		
Lucro/Prejuízo do Exercício	23.719.035,70	13.581.644,16
Depreciações e Amortizações	166.586,19	120.840,48
Equivalência Patrimonial (nota 11.1)	(2.333.751,91)	(16.250.461,14)
Lucro Líquido Ajustado	21.551.869,98	(2.547.976,50)
Variações de Ativos e Obrigações		
Redução (Aumento) Crédito a Receber	(27.256.048,26)	(4.626.657,07)
Redução (Aumento) Clientes	(86.521,02)	(47.994,91)
Redução (Aumento) Convênios	-	-
Redução (Aumento) Imposto a Recuperar	(1.061.759,01)	(994.578,31)
Redução (Aumento) Outros Créditos	169.169,52	(215.463,30)
Aumento (Redução) Fornecedores	(220.730,12)	(55.000,94)
Aumento (Redução) Outros Passivos	54.045,63	1.410.152,98
Aumento (Redução) Obrigações Fiscais e Previdenciárias	(24.385,07)	65.448,54
Aumento (Redução) Obrigações Trabalhistas	(44.617,62)	88.938,13
Caixa Líquido Proveniente das Ativ. Operacionais	(6.918.975,97)	(6.923.131,38)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS:		
Aquisição de Imobilizado	(5.305,00)	(327.897,55)
Intangível	(74.206,82)	(1.398.008,61)
Valores Mobiliários	100.966,81	346.115,25
Outros Créditos	469.837,18	469.837,20
Caixa Líquido Aplicado em Ativ. De Investimentos	491.292,17	(909.953,71)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS:		
Realização de Capital	4.558.700,29	5.528.686,28
Caixa Líquido Proveniente das Ativ. De Financiamentos	4.558.700,29	5.528.686,28
AUMENTO (REDUÇÃO) CAIXA E EQUIVALENTE A CAIXA	(1.868.983,51)	(2.304.398,81)
Caixa e Equivalente Caixa no Início do Exercício	42.095.791,33	44.400.190,14
Caixa e Equivalente Caixa no Final do Exercício	40.226.807,82	42.095.791,33
AUMENTO (REDUÇÃO) CAIXA E EQUIVALENTE CAIXA	(1.868.983,51)	(2.304.398,81)

As Notas Explicativas integram as Demonstrações Financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

1. Contexto Operacional

A SC Participações e Parcerias S.A. – SCPAR é uma Sociedade de Economia Mista, vinculada ao Governo do Estado de Santa Catarina. Foi instituída pela Lei Estadual nº 13.335, de 28 de fevereiro de 2005 e posterior alteração conforme Lei Estadual nº 15.500 de 20 de junho de 2011. A Companhia tem por objetivo: I) promover a geração de investimentos no território catarinense; II) coordenar, implementar e apoiar o Programa de Parcerias Público-Privadas do Estado de Santa Catarina; III) comprar e vender participações acionárias, podendo constituir empresas com ou sem propósito específico, firmar parcerias e participar do capital de empresas públicas ou privadas; e IV) desenvolver e gerenciar programas e projetos estratégicos de Governo.

Em 19/09/2019, foi assinado o Convênio de Delegação nº02/2019, com vigência de 25 (vinte e cinco) anos a partir da data de sua assinatura, por meio do qual a União, tendo como interveniente o Ministério da Infraestrutura, delega ao Estado de Santa Catarina com interveniência da SCPAR, a administração e exploração do Porto Organizado de Laguna.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras – Declaração de Conformidade e Resumo das Principais Práticas Contábeis

As Demonstrações Financeiras são apresentadas em reais, moeda funcional e de apresentação, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, atualizada pela Lei Federal nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007 e atualizações posteriores. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A emissão das Demonstrações Financeiras do exercício de 2023 foram autorizadas pela Administração em 19/03/2024.

No Balanço Patrimonial, ativos e obrigações vincendas ou com expectativa de realização dentro dos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes.

Dentre os principais procedimentos contábeis adotados para a elaboração das Demonstrações Financeiras, cabe ressaltar:

2.1. Ativo Circulante

Conforme mencionado, são ativos com expectativa de realização dentro dos próximos 12 meses.

2.1.1. Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e Equivalentes de Caixa incluem o caixa, depósitos à vista, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez prontamente conversíveis em caixa. Conforme evidenciado na nota explicativa n. 11, parte dos saldos registrados nesta conta estão vinculados à aplicação da Lei nº 9.277, de 10 de maio de 1996.

2.1.2. Contas a Receber de Clientes

As Contas a Receber de Clientes correspondem aos valores a receber da atividade portuária, referente à administração e exploração do Porto Organizado de Laguna, e estão registrados pelos seus valores originais. Em razão do histórico de ausência de inadimplência, a Companhia não registra perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa, revisando anualmente a citada política.

2.1.3. Tributos a Recuperar

A Companhia optou pelo Lucro Real – Estimativa Mensal, com Balancetes de Suspensão e Redução. Os valores que constam na conta de Tributos a Recuperar referem-se ao Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido que compõem a base negativa e Pis e Cofins a recuperar.

2.2. Ativo Não Circulante

São valores com expectativa de realização superior a 12 meses.

2.2.1. Realizável a Longo Prazo

● **Créditos a Receber do Acionista:** Créditos remanescente de R\$4.070.328,33 (quatro milhões e setenta mil e trezentos e vinte oito reais e trinta e três centavos), decorrentes de convênios firmados com governo do Estado, conforme ata da AGE de 04/08/2016 e atas da AGE e Diretoria de 21/12/2016.

● **Convênio Prefeitura Municipal de Lages nº 02/2012:** Convênio para a aquisição de Imóveis e de obras de infraestrutura necessárias à implantação do Parque Industrial de Lages, repassados a Prefeitura Municipal de Lages o valor de R\$7.047.557,91 (sete milhões, quarenta e sete mil e quinhentos e cinquenta e sete reais e noventa um centavo)

O acordo ficou inviabilizado nos termos para os quais foi celebrado, pois a principal empresa que iria utilizar o Imóvel informou ao Município de Lages mudanças em seu plano de negócios. Assim culminou com o desinteresse da empresa em usar o Imóvel.

A SCPAR notificou a Prefeitura de Lages, mediante ofício nº 113/2016, na data de 16 de dezembro de 2016, solicitando ressarcimento dos valores repassados. Ato contínuo, foram abertos os processos SCC 00003754/2017 e SCPAR nº 99/2018, referente solicitação do ressarcimento à SCPAR, dos valores que lhe foram transferidos, incluído atualização monetária pelo IPCA.

Com os desdobramentos dos Ofícios nºs 113/2016/SCPPar, 227/2017/GABPRE e 116/2019/GAPRE, que culminaram no Termo Aditivo (T.A.) ao Acordo de Cooperação Técnico Institucional nº 002/2012, celebrado entre o Estado de Santa Catarina, por meio da Secretaria de Estado da Fazenda (SEF), a SC Participações e Parcerias S.A. (SCPPar) e o Município de Lages, assinado em 18/12/2020, processo SCC 3754/207.

O ressarcimento será devolvido à SCPAR em 180 parcelas mensais e sucessivas e observadas a atualização monetária de cada parcela com base no IPCA por meio da retenção da parte da receita de ICMS devida ao Município de Lages; e a transferência direta dos recursos retidos, pela SEF, à SCPAR. Atualmente já foram efetuados os pagamentos até a 36ª parcela do ressarcimento, com data para pagamento da última parcela em fevereiro/2036.

2.2.2. Investimentos

Participações Societárias: Os Valores dos investimentos referentes às participações da SCPAR nas empresas foram avaliados pelo método de Custo ou pelo Método da Equivalência Patrimonial – MEP, conforme o caso.

2.2.3. Imobilizado

O Ativo Imobilizado da Companhia é composto por imobilizações administrativas segregadas em classes bem definidas e com controle individual por bem, deduzido das respectivas depreciações. Para o cálculo da depreciação foi utilizado o método linear, tomando-se por base as taxas definidas pela Administração.

No imobilizado consta também um terreno situado em Blumenau, no valor de R\$2.165.163,13 (dois milhões, cento e sessenta e cinco mil, cento e sessenta e três reais e treze centavos), foi transferido pelo Governo do Estado de Santa Catarina para a SCPAR, conforme Decreto Estadual nº 4.274 de 28 de abril de 2006 com finalidade de integralização de capital.

2.2.4. Intangível

A Companhia reconhece como ativo intangível o direito vinculado ao convênio de delegação para exploração do Porto Organizado de Laguna junto à União de cobrar dos usuários dos serviços públicos portuários o uso de sua infraestrutura portuária. O prazo iniciou-se 19/09/2019, com vigência de 25 (vinte e cinco) anos a partir da data de sua assinatura. A administração da Companhia entende que o exercício deste direito terá fim em 18 de setembro de 2044, caso não ocorra prorrogação do referido Convênio.

Os bens adquiridos pela Companhia reverterão ao poder concedente ao término deste convênio, portanto tais valores são registrados sem contrapartida de ativo intangível, representando o direito de cobrar de seus usuários pela utilização do serviço público. De acordo com o OCPC 05 – item 42, o ativo intangível deve ser amortizado dentro do prazo de concessão.

2.3. Passivo Circulante

Conforme mencionado, são obrigações com expectativa de realização dentro dos próximos 12 meses.

2.3.1. Fornecedores

Fornecedores a pagar, não ultrapassando o prazo de trinta dias, relativo a gastos com as atividades operacionais e administrativas da Companhia.

3. Apuração do Resultado do Exercício

O resultado foi apurado pelo regime de competência para as Receitas e Despesas.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a conta Caixa e Equivalentes de Caixa apresenta os seguintes saldos:

	2023	2022
	40.226.807,82	42.095.791,33
Bens Numerários	2.758,55	1.860,62
Bancos Conta Movimento	237.656,79	3.416.512,01
Aplicação Financeira de Liquidez Imediata	39.986.392,48	38.677.418,70

Destaca-se que em 2023, do total registrado em caixa e equivalente de caixa de R\$ 40.226.807,82 (R\$ 42.095.791,33 em 2022), R\$ 37.450.522,71 (R\$ 30.719.229,83 em 2022) refere-se a saldo oriundo de dividendos recebidos pela SCPAR Porto de Imbituba, e R\$ 258.801,96 (R\$ 233.389,76 em 2022) da SCPAR Porto de São Francisco. Por se tratar de convênios de delegação, que envolve a administração dos portos por meio da legislação específica, Lei nº 9.277/1996, o Convênio de Delegação atrela a utilização dos resultados financeiros exclusivamente na atividade portuária estando indisponíveis à SCPAR para outras finalidades.

5. Crédito a Receber

Dividendos a Receber de 2023, 2022 e 2021 da SCPAR Porto de Imbituba S.A. e da SCPAR Porto de São Francisco do Sul S.A.

O valor que consta na conta Teplan Soluções Contábeis & Empresariais, refere-se ao título executivo nº 9597/2022 - TCE (Certidão de débito), registro efetuado conforme

art. 10 da resolução N. TC-0112/2015, processo @TCE 14/00557892, oriundo de imputação de débito constante do Acórdão n.429/2019.

	2023	2022
	35.575.588,28	8.725.632,57
SCPar Porto de Imbituba S.A.	31.583.680,38	5.815.911,40
SCPar Porto de São Francisco do Sul S.A.	2.991.907,90	1.503.628,60
Soluções Contábeis & Empresariais	1.406.092,57	1.406.092,57

6. Contas a Receber de Clientes

As contas a receber de Clientes representam os valores a serem realizados em caixa relativos às receitas oriundas da atividade portuária, referente à administração e exploração do Porto Organizado de Laguna. Os títulos vencidos, quando de seu efetivo recebimento são acrescidos de 2% (dois por cento) de multa moratória, assim como a aplicação de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês.

	2023	2022
	179.626,37	93.105,35
Vencidos a mais de 60 dias	40.382,60	32.461,52
Vencidos a menos de 60 dias	11.433,90	6.928,33
Vencidos a menos de 30 dias	36.673,01	16.719,06
A vencer em até 30 dias	91.136,86	36.996,44

Em razão do histórico de ausência de inadimplência, a Companhia não registra perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa, revisando anualmente a citada política.

7. Convênios

	2023	2022
	469.837,13	469.837,15
Convênio Prefeitura Municipal de Lages nº 02/2012	469.837,13	469.837,15

Saldos referentes à quitação de parcelas do Termo aditivo ao acordo de cooperação técnico- Institucional nº 002/2012, conforme descrito no item 2.2.1, cujo vencimento ocorrerá no próximo exercício.

8. Tributos a Recuperar

Os valores que constam na conta de tributos a recuperar referem-se ao Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido que compõem a base negativa, e Pis e Cofins a recuperar. Contém ainda valores decorrentes de estimativa de Imposto de

Renda a ser retido no resgate das aplicações financeiras com valor disponível para Companhia.

Tributos a Recuperar

Ano	Tributos	2023	2022	Pedido de Restituição/Compensação
2012	IRPJ	35.152,63	32.951,68	Recebido em 22/01/2024
2017	IRPJ	2.425,62	2.193,61	Sim
2018	IRPJ	-	28.703,81	Recebido em 20/12/2023
2019	CSLL	2.156,36	1.953,90	Não
2019	IRPJ	5.626,77	5.078,40	Não
2020	CSLL	5.361,27	4.789,72	Não
2020	IRPJ	3.348,31	3.107,36	Não
2019/2023	PIS	1.495,12	1.207,78	Não
2019/2023	COFINS	6.899,16	5.575,65	Não
2020	FGTS	310,85	310,85	Sim
2021	IRRF - folha	695,32	695,32	Não
2021	IRPJ	468.139,41	421.440,49	Não
2022	CSLL	16.045,18	16.045,18	Não
2022	IRPJ	1.167.940,35	1.040.700,42	Não
2022	Lei 10833	64,87	64,87	Não
2023	IRPJ	807.513,23	-	Não
IRRF - Apropriação		332.397,41	228.993,75	Não
Total		2.855.571,86	1.793.812,79	-

9. Outros Créditos– Ativo Circulante

Valores referentes seguintes créditos:

	2023	2022
	192.972,70	362.142,22
Seguros a Apropriar	883,49	1.553,01
Assinatura a Apropriar	0,00	1.097,50
Créditos do Processo SCPAr nº 69/2012	2.940,98	2.366,72
Fundação Escola de Governo - Ena	0,00	1.350,00
Adiantamento a Terceiros	53.694,87	255.252,06
Depósito Judicial Trabalhista	77.905,63	67.738,08
Adiantamento de Férias	57.547,73	32.784,85

10. Realizável a Longo Prazo

Conforme descrito no item 2.2.1., registra os saldos a seguir demonstrados:

	2023	2022
	9.316.843,71	9.887.647,70
Fundo de Investimento	0,00	100.966,81
Créditos a Receber do Acionista	4.070.328,33	4.070.328,33
Convênio Prefeitura Municipal de Lages	5.246.515,38	5.716.352,56

11. Investimentos

11.1. Participações Societárias

Saldo da Composição das Participações Societárias e outros investimentos.

Investimentos	2023		2022
	Saldos	Equivalência Patrimonial	Saldos
Participações Societárias	146.110.820,64	2.333.751,91	143.777.068,73
Tecnologia Automotiva Catarinense S.A - TAC	6.175.212,00		6.175.212,00
Sapiens Parque S.A	136.585.608,64	2.333.751,91	134.251.856,73
Rossin Automotiva S.A	2.500.000,00		2.500.000,00
Proeza Automotiva S.A	400.000,00		400.000,00
SCPar Porto de Imbituba S.A	50.000,00		50.000,00
SCPar Porto São Francisco do Sul	50.000,00		50.000,00
InveSC	350.000,00		350.000,00
(-) Provisão p/ perda na Realização dos Inve	(9.075.212,00)		(9.075.212,00)
Tecnologia Automotiva Catarinense S.A - TAC	(6.175.212,00)		(6.175.212,00)
Rossin Automotiva S.A	(2.500.000,00)		(2.500.000,00)
Proeza Automotiva S.A	(400.000,00)		(400.000,00)
Total	137.035.608,64		134.701.856,73

As participações societárias nas investidas SCPar Porto de Imbituba e SCPar Porto de São Francisco S.A. são registradas pelo método de custo, pois estão respaldadas pelos “Convênios de Delegação”, firmado entre a União e o Estado de Santa Catarina (Secretaria dos Portos da Presidência da República e SCPar.). Por se tratar de convênios de delegação, que envolvem a administração dos portos por meio de legislação específica (Lei nº 9.277, de 10 de maio de 1996), os investimentos ficam atrelados à atividade portuária e indisponíveis à SCPar.

12. Imobilizado

O Imobilizado da Companhia encontra-se composto conforme descrito no item 2.2.3., apresentando as seguintes mutações no período:

	Saldo em 2022	Adições	Baixas	Taxas	Depreciação	Saldo em 2023
Imobilizado Líquido	389.300,36	5.305,00	-	-	91.404,87	303.200,49
Máquinas e Equipamentos	1.576,74	-	-	10%	676,52	900,22
Móveis e Utensílios	9.716,23	5.305,00	-	10%	1.633,58	13.387,65
Veículos	224.462,42	-	-	20%	53.560,08	170.902,34
Sistema de Refrigeração	8.404,56	-	-	10%	1.961,88	6.442,68
Equipamentos de Informática	50.319,70	-	-	20%	11.251,20	39.068,50
Benfeitorias	94.820,71	-	-	10%	22.321,61	72.499,10

12.1 Terreno–Blumenau – SC

	2023	2022
Terreno	2.165.163,13	2.165.163,13
	2.165.163,13	2.165.163,13

Terreno urbano localizado na cidade de Blumenau/SC, Bairro Progresso, contendo área única de 105.247,41 m². O imóvel foi recebido como parte de integralização do capital social pelo acionista majoritário, Governo do Estado de Santa Catarina, por meio do Decreto Estadual nº 4.274 de 28 de abril de 2006.

Considerando o interesse público na utilização dos imóveis, foi firmado contrato de comodato com o Município de Blumenau.

13. Intangível

A movimentação das amortizações no período de 2023 estão compreendidas abaixo, considerando o saldo inicial detalhado do período, sua amortização ao longo do exercício e seu saldo final ao término do exercício social. O demonstrativo líquido do ativo intangível, já considerando a dedução da amortização acumulada ao longo do período é apresentado a seguir:

	Saldo em 2022	Adições	(-) Amortização do período	Saldo em 2023
Intangível Líquido	1.551.014,15	74.398,70	(75.373,20)	1.550.039,65
Sinalização Marítima	83.352,57	19.050,00	(4.036,46)	98.366,11
Descarregadores de Pescados	98.246,20	-	(4.515,60)	93.730,60
Maquinas e Equipamentos	229.172,52	28.960,82	(11.188,92)	246.944,42
Trator Agrícola	191.386,78	-	(9.155,88)	182.230,90
Estação de Tratamento Efluente - ETE	887.497,97	18.400,00	(43.569,22)	862.328,75
Ar condicionado	10.124,63	7.796,00	(452,88)	17.467,75
Equipamentos de Informática	51.233,48	191,88	(2.454,24)	48.971,12

14. Obrigações Fiscais e Previdenciárias a Recolher

Representam valores de contribuições federais e municipais a serem recolhidos no exercício seguinte, compreendendo tributos próprios e de terceiros, segregados conforme abaixo:

	2023	2022
	385.451,38	409.836,45
INSS a Recolher	147.566,37	152.327,60
FGTS	0,00	52.351,13
INSS de Terceiros a Recolher	30.431,30	11.863,56
Cofins a Recolher	19.327,02	26.479,14
IRRF dos Funcionários	149.592,14	142.399,71
PIS a Recolher	3.919,81	4.547,77
IRRF de Terceiros a Recolher	3.901,14	2.595,78
ISS a Recolher	15.652,82	7.921,61
Tributos a Recolher Lei Federal nº 10.833/2003	15.828,53	9.350,15

15. Fornecedores

Registram saldos a pagar à fornecedores na data base de 31/12/2023, conforme descrito no item 2.3.1, e a seguir representado:

	2023	2022
	84.916,71	305.646,83
Fornecedores	84.916,71	305.646,83

16. Obrigações Trabalhistas

Constituem as obrigações de Férias a Pagar, FGTS sobre Férias a Pagar e INSS sobre Férias a Pagar, que são apropriados mensalmente.

	2023	2022
	587.552,40	632.170,02
Férias a Pagar	435.869,69	468.968,84
FGTS sobre Férias a Pagar	34.869,59	37.517,53
INSS sobre Férias a Pagar	116.813,12	125.683,65

17. Outros Passivos

O valor que consta na conta Teplan Soluções Contábeis & Empresariais, refere-se ao título executivo nº 9597/2022 - TCE (Certidão de débito), registro efetuado conforme art. 10 da resolução N. TC-0112/2015, processo @TCE 14/00557892, oriundo de imputação de débito constante do Acórdão n.429/2019.

	2023	2022
	1.419.022,20	1.411.479,57
Valores recebidos de Clientes	12.929,63	5.387,00
Teplan Soluções Contábeis & Empresariais	1.406.092,57	1.406.092,57

18. Obrigações a Longo Prazo

A Provisão para Contingência Trabalhista foi efetuada para as ações com grau de risco de perda provável, em valores estimados de acordo com a Assessoria Jurídica da SCPAR.

	2023	2022
	55.000,00	55.000,00
Provisão para Contingência Trabalhista	55.000,00	55.000,00

Em 31 de dezembro de 2023 as ações judiciais enquadradas pela área jurídica da Companhia cujo grau de risco foi classificado como possíveis somam R\$1.391.314,75 (R\$ 1.391.314,75 em 2022).

19. Patrimônio Líquido

19.1. Capital Social

O Capital Social Autorizado da SCPAR é de R\$1.000.000.00,00 (um bilhão de reais), dos quais já foram realizados R\$ 231.767.692,05 (duzentos e trinta e um milhões, setecentos e sessenta e sete mil, seiscentos e noventa e dois reais e cinco centavos) (duzentos e vinte e sete milhões, duzentos e oito mil e novecentos e noventa e hum reais e setenta e seis centavos).

O Capital Social está dividido em 231.767.692,05 ações ordinárias nominativas, onde o Estado de Santa Catarina detém 99,999997843% do capital social integralizado, uma vez que 1 (uma) única ação está vinculada ao cargo de Presidente do Conselho de Administração da SCPAR, que representa 0,00000215726% do Capital Social.

19.2. Reserva de Lucros/Prejuízos Acumulados

No exercício de 2023 a SCPAR apresentou o Lucro de R\$ 23.719.035,70(vinte e três milhões, setecentos e dezenove mil, trinta e cinco reais e setenta centavos). A movimentação da conta de reserva de lucros acumulados encontra-se evidenciada a seguir:

Prejuízos acumulados em 31.12.2020	(61.143.251,85)
Lucros do exercício de 2021	17.781.852,10
Prejuízos acumulados em 31.12.2021	(43.361.399,75)
Lucros do exercício de 2022	13.581.644,16
Prejuízos acumulados em 31.12.2022	(29.779,755,59)
Lucros do exercício de 2023	23.719.035,70
Prejuízos acumulados em 31.12.2023	(6.060.719,89)

19.3 Reserva Legal

A Reserva Legal é de 5% do Lucro Líquido do Exercício e não poderá exceder a 20% do Capital Social. A Reserva Legal tem por fim assegurar a integridade do Capital Social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar capital.

	2023	2022
Reserva Legal	1.991.934,44	1.991.934,44
	1.991.934,44	1.991.934,44

19.4 Dividendos

Devido ao prejuízo acumulado em 31 de dezembro de 2023, não haverá pagamento de dividendos.

20. Receitas de Serviços Prestados

As receitas auferidas pela SCPAR em 31 de dezembro de 2023 e 2022 estão apresentadas abaixo:

	2023	2022
Serviços Portuários	1.361.088,22	2.633.670,22
Receita de Consultoria	1.361.088,22	1.029.151,78
	-	1.604.518,44

21. Impostos Incidentes Sobre Serviços

Os impostos incidentes sobre serviços em 31 de dezembro de 2023 e 2022 estão apresentadas abaixo:

	2023	2022
	193.583,79	375.297,97
Cofins	103.244,69	200.158,93
Pis	22.414,98	43.455,52
ISS	67.924,12	131.683,52

22. Resultado Financeiro Líquido

Os valores Líquidos dos resultados financeiros apurados pela companhia durante os exercícios de 2023 e 2022 estão compostos conforme segue:

	2023	2022
Receitas Financeiras Líquidas	5.124.631,08	5.049.971,07
Juros Aitvos	4.780.840,77	4.846.164,99
Variações Monetária Ativa	593.696,66	445.517,33
Rendimentos Fundo SC	-	4.564,22
(-)Pis e Cofins sobre Receitas Financeiras	(249.906,35)	(246.275,47)
Despesas Financeiras	(27.948,52)	(357.181,34)
Outras Despesa Financeiras	(8.316,29)	(6.501,87)
Despesas Fundo SC		(350.679,47)
Juros Passivos	(19.632,23)	
Resultados Financeiros Líquidos	5.096.682,56	4.692.789,73

23. Tributos Sobre o Lucro

No exercício de 2023 não foram efetuados recolhimentos de imposto de renda e da contribuição social pela sistemática do lucro real, devido a Companhia ter apurado prejuízo fiscal, conforme relatado abaixo:

	2023	2022
Resultado antes dos Tributos	23.719.035,70	13.581.644,16
(+) Adições– Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
(+) Adições – Convênio	0,00	0,00
(-) Exclusões – Dividendos	(27.256.048,28)	(3.220.564,50)
(-) Exclusões – Equivalência Patrimonial	(2.333.751,91)	(16.250.461,14)
(-) Prejuízo Fiscal do Exercício	(5.870.764,49)	(5.889.381,48)

24. Transações com Partes Relacionadas

As transações com partes relacionadas compreendem os dividendos a receber das Companhias SCPAR Porto de Imbituba S.A. e da SCPAR Porto de São Francisco do Sul S.A., conforme demonstrado na nota explicativa nº 5. A SCPAR mantém uma política de transações com partes relacionadas aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia de acordo com os preceitos estabelecidos na Lei Federal nº 13.303 de 2016.

25. Seguros

De acordo com o gerenciamento de riscos operacionais estabelecidos para salvaguardar os ativos da Companhia, foram contratados os seguintes seguros e modalidades:

Modalidade	Risco Coberto	Cobertura - R\$
Veículos - Chev Cruze LT NB AT. Placa RLO3B02	Casco	110%FIPE
	Danos materiais	200.000,00
	Danos corporais	200.000,00
	Danos morais	50.000,00
	Morte acidental	100.000,00
	Invalidez permanente	100.000,00
Veículos - Chev Cruze LT NB AT. Placa RLO2G62	Casco	110%FIPE
	Danos materiais	200.000,00
	Danos corporais	200.000,00
	Danos morais	50.000,00
	Morte acidental	100.000,00
	Invalidez permanente	100.000,00
Prédio SCPAR	Incêndio, explosão e fumaça	2.000.000,00
	Danos elétricos	100.000,00
	Vendaval	50.000,00
	Roubo ou furto	20.000,00
	Quebra de vidros, espelhos, mármore, ladrilhos e	100.000,00
	Perda ou pagamento de aluguel	40.000,00
	RC operações	200.000,00

26. Eventos subsequentes

A Administração não identificou a ocorrência de eventos subsequentes que possam impactar as Demonstrações Financeiras ora apresentadas, conforme disposto na NBC TG 24.

Florianópolis, 19 de março de 2024.

Renato Dias Marques de Lacerda
Diretor Presidente

Jeferson Machado
Diretor

Gerson Luiz Schwerdt
Diretor

Eduardo Antônio Sausen
Diretor

Rodrigo Meyer Prisco Paraiso
Diretor

Jucemar Fernandes da Silva
Contador
CRC/SC 023.835



Assinaturas do documento



Código para verificação: **X811OK8I**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ **JUCEMAR FERNANDES DA SILVA** (CPF: 854.XXX.839-XX) em 17/04/2024 às 19:11:55
Emitido por: "SGP-e", emitido em 08/03/2019 - 18:17:02 e válido até 08/03/2119 - 18:17:02.
(Assinatura do sistema)
- ✓ **RENATO DIAS MARQUES DE LACERDA** (CPF: 018.XXX.717-XX) em 17/04/2024 às 19:28:40
Emitido por: "SGP-e", emitido em 13/07/2018 - 15:00:11 e válido até 13/07/2118 - 15:00:11.
(Assinatura do sistema)
- ✓ **JEFERSON MACHADO** (CPF: 983.XXX.809-XX) em 18/04/2024 às 10:33:46
Emitido por: "SGP-e", emitido em 28/02/2019 - 18:40:23 e válido até 28/02/2119 - 18:40:23.
(Assinatura do sistema)
- ✓ **EDUARDO ANTÔNIO SAUSEN** (CPF: 049.XXX.719-XX) em 19/04/2024 às 11:11:56
Emitido por: "SGP-e", emitido em 02/05/2023 - 14:13:26 e válido até 02/05/2123 - 14:13:26.
(Assinatura do sistema)
- ✓ **RODRIGO MEYER PRISCO PARAISO** (CPF: 030.XXX.889-XX) em 23/04/2024 às 09:30:47
Emitido por: "SGP-e", emitido em 23/02/2023 - 15:39:59 e válido até 23/02/2123 - 15:39:59.
(Assinatura do sistema)
- ✓ **GERSON LUIZ SCHWERDT** (CPF: 421.XXX.860-XX) em 23/04/2024 às 14:13:22
Emitido por: "SGP-e", emitido em 20/03/2019 - 13:26:31 e válido até 20/03/2119 - 13:26:31.
(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U0NQVJfMTA1NDJfMDAwMDA0NDJfNDQyXzlwMjRfWDgxMU9LOEk=> ou o site

<https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SCPAR 0000442/2024** e o código **X811OK8I** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.



SC PARTICIPAÇÕES E PARCERIAS S.A. – SCPAR

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES ACERCA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
ENCERRADAS EM 31/12/2023

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES ACERCA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31/12/2023

Aos
Acionistas, Conselheiros, e demais Administradores da
SC PARTICIPAÇÕES E PARCERIAS S.A. - SCPAR
CNPJ Nº 07.293.552/0001-84
Florianópolis - SC

1) Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **SC PARTICIPAÇÕES E PARCERIAS S.A. - SCPAR** que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **SC PARTICIPAÇÕES E PARCERIAS S.A. - SCPAR** em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

2) Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, instituída “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à **SCPAP**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

3) Outros Assuntos

3.1) Relatório da Administração

A administração da **SCPAP** é responsável por essas informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo considerar se esse quando tomado em conjunto com as demonstrações contábeis e notas explicativas está, de forma relevante, inconsistente com as precitadas demonstrações ou com o cenário econômico-financeiro observado na auditoria ou, de outra forma aparenta estar distorcido de forma relevante. Se com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Neste sentido não temos nada a relatar.

3.2) Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentadas exclusivamente para fins de comparabilidade, foram examinadas por nossos auditores, cujo relatório foi emitido em 05 de abril de 2023.

4) Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Os responsáveis pela governança da **SCPAR** são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

5) Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- ✓ Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos

de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- ✓ Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da **SCPAR**.
- ✓ Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- ✓ Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- ✓ Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Florianópolis/SC, 21 de março de 2024.



AUDIMEC – AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC/PE 000150/O – CNAI/PJ n° 029– CVM n° 12327


Luciano Gonçalves de Medeiros Pereira

Contador - CRC/PE 010483/O-9 "S"SC
Sócio Sênior – CNAI 1592


Phillipe de Aquino Pereira

Contador - CRC/PE 028157/O-2 "S"SC
CNAI 4747


Thomaz de Aquino Pereira

Contador - CRC/PE 021100/O-8 "S"SC
CNAI 4850



AUDIMEC

AUDITORES INDEPENDENTES

AV. GOV. AGAMENON MAGALHÃES, 2615 - 15º ANDAR

RECIFE - PE

 CEP 50.050.290

 (81) 3338.3525

www.audimec.com.br

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da SC Participações e Parcerias S.A. – SCPAR S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, dando cumprimento ao que dispõem os incisos II, III e VII do artigo 163, da Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, atualizada pela Lei Federal nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007 examinou: o Relatório Anual da Administração, as Demonstrações Financeiras complementadas por Notas Explicativas do Exercício Findo em 31 de dezembro de 2023.

Com base nos trabalhos, entrevistas, e considerando, ainda, o Relatório dos auditores Independentes, referente o exercício Findo em 31 de dezembro de 2023, o conselho fiscal desta companhia, é de parecer favorável, sem ressalvas de que as Demonstrações Financeiras apresentam adequadamente em todos os aspectos relevantes a posição patrimonial e financeira da SCPAR S.A. e que tais documentos estão em condições de serem submetidos à apreciação dos Senhores Acionistas.

Florianópolis, 11 de abril de 2024.

Júlio Cesar Bernardi Cogo
Presidente

Rogéria Pereira Machado
Conselheira

Sérgio Tadeu Macagnan
Conselheiro



Código para verificação: **I7945XUI**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ **SERGIO TADEU MACAGNAN** (CPF: 533.XXX.589-XX) em 19/04/2024 às 14:16:59
Emitido por: "SGP-e", emitido em 02/03/2023 - 14:31:14 e válido até 02/03/2123 - 14:31:14.
(Assinatura do sistema)

- ✓ **ROGÉRIA PEREIRA MACHADO** (CPF: 035.XXX.739-XX) em 19/04/2024 às 14:58:55
Emitido por: "SGP-e", emitido em 30/03/2018 - 12:33:56 e válido até 30/03/2118 - 12:33:56.
(Assinatura do sistema)

- ✓ **"JULIO CESAR BERNARDI COGO"** em 21/04/2024 às 18:24:28
Emitido por: "SGP-e", emitido em 23/05/2023 - 14:27:37 e válido até 23/05/2123 - 14:27:37.
(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U0NQQVJfMTA1NDJfMDAwMDA0MDZfNDA2XzlwMjRfSTc5NDVYVUk=> ou o site <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SCPAR 00000406/2024** e o código **I7945XUI** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.

Manifestação do Conselho de Administração

O Conselho de Administração da SCPAR, dando cumprimento ao que dispõe o inciso V, do artigo 142, da Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, atualizada pela Lei Federal nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007 e atualizações posteriores, examinou o Relatório Anual da Administração, e as Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2023, acompanhado de suas notas explicativas, e após esclarecimentos prestados e com base no Relatório da Audimec Auditores Independentes, manifestou-se favoravelmente, sem ressalvas, no sentido de que as Demonstrações Financeiras apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da SC Participações e Parcerias S.A. - SCPAR e que tais documentos estão em condições de serem submetidos à apreciação dos Senhores Acionistas.

Florianópolis, 25 de abril de 2024.

Marcelo Werner Salles
Presidente do Conselho

**Renato Dias Marques de
Lacerda**
Conselheiro

Mário Povia
Conselheiro

**Luciane Corezzolla
Decarli**
Conselheira

Rodrigo Mattos Moro
Conselheiro

Gisele de Faria
Conselheira

**Sydney Hercílio da Rosa
Filho**
Conselheiro

**Freibergue Rubem do
Nascimento**
Conselheiro



Assinaturas do documento



Código para verificação: **QC116N4B**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ **RENATO DIAS MARQUES DE LACERDA** (CPF: 018.XXX.717-XX) em 26/04/2024 às 10:45:30
Emitido por: "SGP-e", emitido em 13/07/2018 - 15:00:11 e válido até 13/07/2118 - 15:00:11.
(Assinatura do sistema)
- ✓ **GISELE DE FARIA** (CPF: 003.XXX.469-XX) em 26/04/2024 às 10:49:54
Emitido por: "SGP-e", emitido em 28/02/2019 - 16:16:28 e válido até 28/02/2119 - 16:16:28.
(Assinatura do sistema)
- ✓ **MÁRIO POVIA** em 26/04/2024 às 12:35:30
Emitido por: "SGP-e", emitido em 11/03/2021 - 08:11:30 e válido até 11/03/2121 - 08:11:30.
(Assinatura do sistema)
- ✓ **SYDNEY HERCILIO DA ROSA FILHO** (CPF: 015.XXX.869-XX) em 26/04/2024 às 13:09:47
Emitido por: "SGP-e", emitido em 18/01/2023 - 14:56:28 e válido até 18/01/2123 - 14:56:28.
(Assinatura do sistema)
- ✓ **MARCELO WERNER SALLES** em 26/04/2024 às 13:22:42
Emitido por: "SGP-e", emitido em 11/03/2021 - 08:10:51 e válido até 11/03/2121 - 08:10:51.
(Assinatura do sistema)
- ✓ **RODRIGO MATTOS MORO** (CPF: 038.XXX.489-XX) em 26/04/2024 às 13:25:12
Emitido por: "SGP-e", emitido em 25/04/2023 - 14:06:47 e válido até 25/04/2123 - 14:06:47.
(Assinatura do sistema)
- ✓ **LUCIANE COREZZOLLA DECARLI** (CPF: 020.XXX.149-XX) em 26/04/2024 às 13:25:30
Emitido por: "SGP-e", emitido em 25/04/2023 - 14:04:06 e válido até 25/04/2123 - 14:04:06.
(Assinatura do sistema)
- ✓ **FREIBERGUE RUBEM DO NASCIMENTO** (CPF: 063.XXX.228-XX) em 26/04/2024 às 14:34:02
Emitido por: "SGP-e", emitido em 17/04/2023 - 15:59:11 e válido até 17/04/2123 - 15:59:11.
(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U0NQQVJfMTA1NDJfMDAwMDA0NDJfNDQyXzlwMjRfUUMxMTZONEI=> ou o site <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SCPAR 0000442/2024** e o código **QC116N4B** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.